

2011

RELATÓRIO E CONTAS

VOLUME 1

2011

RELATÓRIO E CONTAS

VOLUME 1

ÍNDICE

01

6 Mensagem do Presidente

8 Principais Indicadores

9 Estrutura Acionista

10 Os Nossos Acionistas

10 Ageas

16 Millennium bcp

02

23 Relatório do Conselho de Administração

24 Enquadramento Macro-Económico

27 Enquadramento do Setor Segurador

30 Millenniumbcp Ageas – Principais
Acontecimentos de 2011

34 Missão, Valores e Estratégia

36 Estrutura Organizacional

36 Marketing & Commercial

38 Análise Financeira

47 *Embedded Value*

50 Revisão Atuarial de Não-vida

50 Solvência II

52 Gestão de Risco

53 Gestão de Investimentos

55 Os Colaboradores

56 *Corporate Governance*

56 Órgãos Sociais

68 Perspetivas para 2012

69 Proposta de Aplicação de Resultados

03

72 Publicações Obrigatórias

**73 Posição Acionista e Obrigacionista
dos Membros dos Órgãos Sociais**

74 Glossário



01

Mensagem do Presidente

Principais Indicadores

Estrutura Acionista

Os Nossos Acionistas

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Dentro e fora da Ageas, a empresa é reconhecida como líder em bancassurance e esta aptidão constitui um ativo fundamental, tanto para a Ageas como para o Millennium bcp

POR TODA A EUROPA, EM 2011, AS ECONOMIAS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS tiveram que enfrentar um enquadramento extremamente duro, no qual foi difícil desenvolver qualquer atividade.

Em conjunto com o Millennium bcp, nosso parceiro e co-acionista desta empresa, defendemos fortemente a posição de mercado da Millenniumbcp Ageas. Valorizamos as discussões que conseguimos ter com os gestores do Millennium bcp no interesse de todos os acionistas da empresa. A rede do Millennium bcp tornou possíveis todos os esforços comerciais no sentido de promover e vender os nossos produtos, tendo trabalhado ativamente connosco para manter uma gama de produtos que se mostra atraente para as exigências dos Clientes. Isto permitiu que, em prazos muito curtos, a Millenniumbcp Ageas desse resposta a um enquadramento cheio de desafios, através de novos produtos e de novas iniciativas de *marketing*.

Tanto o Millennium bcp como a Ageas estão empenhados em desenvolver a Millenniumbcp Ageas nestas circunstâncias económicas plenas de desafios, com uma solvabilidade forte como alicerce sobre a qual se pode construir.

É evidente que os volumes da Millenniumbcp Ageas sofreram o impacto da conjuntura económica: a empresa processou 1,3 mil milhões de prémios, contra 2 mil milhões em 2010; nos ramos Não-vida, os volumes foram resilientes, tendo até aumentado ligeiramente de 222 milhões de euros para 226 milhões de euros em 2011. A diminuição dos prémios pode ser totalmente explicada pela queda acentuada ocorrida no ramo Vida, de 1.700 milhões de euros para 1.000 milhões de euros, tendo-se verificado também uma alteração profunda nas preferências dos Clientes.

No entanto, não devemos deixar que os aspetos negativos prevaleçam: 2011 foi mais um ano de sucesso para a Millenniumbcp Ageas. Dentro e fora da Ageas, a empresa é reconhecida como líder em *bancassurance* e esta aptidão constitui um ativo fundamental, tanto para a Ageas como para o Millennium bcp. Gostaríamos de agradecer aos Colaboradores e à Gestão da Millenniumbcp Ageas por todos os esforços que têm desenvolvido e continuam a desenvolver em prol do sucesso da organização, agradecendo ainda todo o tempo por eles despendido para dar a conhecer aos nossos parceiros os detalhes relativos à forma como a *bancassurance* poderia trabalhar.

Em 2011, a Médis, entidade especializada de seguros de Saúde, celebrou 15 anos de atividade e, nesse curto lapso de tempo, tornou-se numa das mais fortes marcas em Portugal, com níveis de satisfação de Clientes que se encontram entre os mais elevados da indústria.

2011 foi também o ano em que nos despedimos do Francisco Lino, como CEO da Millenniumbcp Ageas. Quando, em 2005, criámos esta empresa, desde o primeiro dia que pudemos contar com a larga experiência e paixão do Francisco que, em conjunto com a sua equipa, criou um grupo segurador forte, que deseja oferecer valor a todos os seus acionistas. Desejamos ao Francisco o maior sucesso na sua carreira futura e acreditamos que a empresa que ele ajudou a criar irá continuar a surpreender o mercado com a sua abordagem pró-ativa no que se refere a desenvolvimento e distribuição de produtos. É encorajador observar a forma como a equipa liderada pelo novo CEO, Jan de Pooter, pode contar com o apoio total dos acionistas e dos Colaboradores para fazer face aos desafios que se apresentam em 2012 e no futuro.

Com calorosos cumprimentos,



Bart De Smet

Presidente do Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE [milhões de euros]	2011	2010	VAR.11/10
Demonstração de Resultados			
Prémios de Seguro Directo ¹	1.297	1.946	-33,3%
· Vida	1.071	1.724	-37,9%
· Não-vida	226	222	2,0%
Margem técnica ²	118	257	-54,2%
Margem técnica líquida de custos administrativos	3	135	-97,9%
Resultado líquido	16	114	-85,6%
Resultados líquidos antes de <i>VOBA (value of business acquired)</i>	36	142	-74,3%
Balanço			
Capitais próprios	946	1.145	-17,4%
Ativo Total	11.678	13.223	-11,7%
Investimentos	10.913	12.460	-12,4%
Rácios			
Eficiência			
1. Rácio de sinistralidade Não-vida	64,5%	65,5%	-1,0pp
2. Rácio de despesas Não-vida	23,9%	25,9%	-2,0pp
3. Rácio combinado Não-vida	88,3%	91,4%	-3,1pp
4. Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,84%	0,83%	0,1pp
Rentabilidade			
1. Margem técnica/Prémios de seguro directo ²	9,1%	13,2%	-4,1pp
2. Rentabilidade média dos investimentos financeiros (<i>book value</i>)	1,8%	3,7%	-1,9pp
3. Rentabilidade média dos capitais próprios (<i>ROE</i>) ³	3,4%	13,7%	-10,3 pp
Solvabilidade			
1. Rácio de solvência	147%	183%	-36 pp
2. Capitais próprios/Ativo total	8,1%	8,7%	-0,6 pp
3. Cobertura das responsabilidades decorrentes de contrato de seguro e de investimentos ⁴	105,4%	106,6%	-1,2 pp
Outros Indicadores			
Quotas de Mercado	11,3%	11,9%	-0,6 pp
· Vida	14,5%	14,2%	0,3 pp
· Não-vida	5,5%	5,3%	0,2 pp
Número de Colaboradores	464	462	0,4%

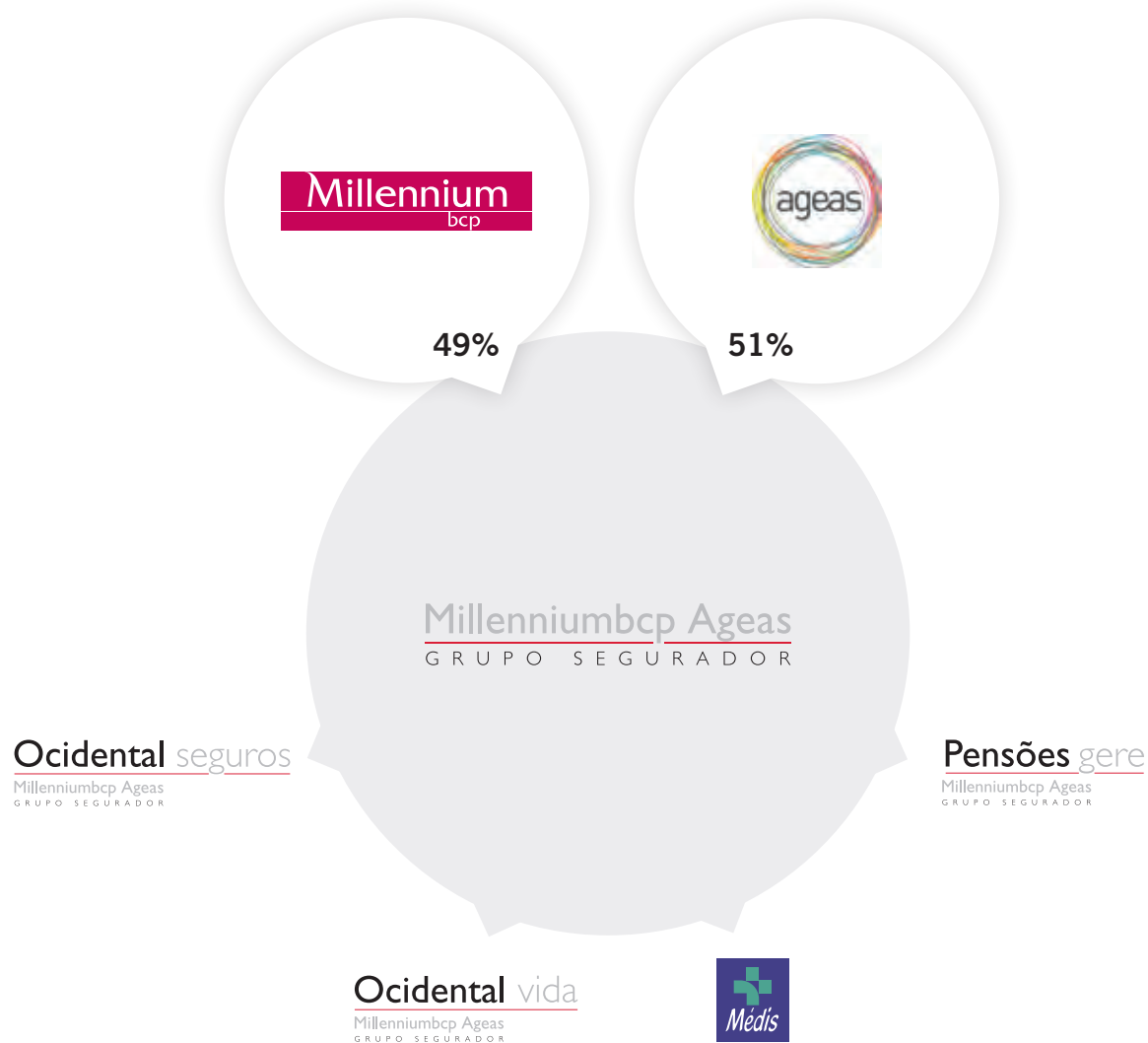
¹ Inclui contratos de investimento que de acordo com as normas IFRS não são contabilizados como prémios de seguro

² Antes da imputação de custos administrativos e de VOBA

³ Calculado antes da amortização do VOBA (*value of business acquired*)

⁴ Considerando Investimentos, Liquidez e Juros a receber

ESTRUTURA ACIONISTA





OS NOSSOS ACIONISTAS

AGEAS

A Ageas é uma seguradora internacional com mais de 180 anos de história. Sendo uma das 20 maiores seguradoras da Europa, a Ageas decidiu concentrar as suas atividades na Europa e Ásia, as quais em conjunto constituem a maior quota do mercado global de seguros, encontrando-se agrupadas em quatro segmentos: Bélgica, Reino Unido, Europa Continental e Ásia, e dispondo de serviços prestados por um grupo de subsidiárias detidas na totalidade e de parcerias com instituições financeiras que têm uma forte presença e são distribuidores-chave em todo o mundo. A Ageas está integrada em parcerias de sucesso na Bélgica, Reino Unido, Luxemburgo, Itália, Portugal, Turquia, China, Malásia, Índia e Tailândia, tendo ainda subsidiárias em França, Hong Kong e Reino Unido. Detém a liderança do mercado belga no ramo Vida individual e employee benefits, bem como uma posição de liderança nos ramos Não-vida, através da AG Insurance. A Ageas tem uma forte presença no Reino Unido, onde é a terceira maior seguradora no ramo Automóvel e no mercado que abrange os indivíduos com mais de 50 anos. A Ageas emprega mais de 12.500 pessoas e em 2011 apresentou prémios anuais de 17,2 mil milhões de euros.

Ageas em 2011

2011 foi um ano em que os mercados financeiros continuaram a ser marcados por uma tendência negativa, tendo havido uma concorrência feroz entre os produtos oferecidos pelos Bancos e pelos Estados soberanos. Em 2011, a Ageas apresentou prémios anuais de 17.2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4% em relação a 2010, com prémios inferiores no ramo Vida, mas com um aumento do valor dos prémios no ramos Não-vida. As parcerias não consolidadas a 100% contribuíram com 6 mil milhões de euros. Pela primeira vez no Reino Unido, os prémios ultrapassaram 2 mil milhões de euros, graças a um crescimento orgânico e a um enorme sucesso da Tesco Underwriting, durante o seu primeiro ano de atividade. O segmento asiático igualou os níveis excecionais dos prémios de 2010. As quotas globais de mercado mantiveram-se estáveis ou aumentaram, particularmente no que se refere à atividade dos ramos Não-vida.

O Grupo apresentou um resultado líquido negativo de 578 milhões de euros, distribuído por perdas líquidas no valor de 313 milhões de euros relativas à atividade da Área Seguradora e perdas líquidas de 265 milhões de euros na Conta Geral. O resultado líquido da Área Seguradora inclui uma dotação líquida para imparidades relativamente a uma carteira de investimentos de 809 milhões de euros, dos quais 627 milhões de euros eram relativos a imparidades originadas pela exposição à dívida soberana grega e 182 milhões de euros a ações. Além do mais, a Ageas decidiu afetar parte do *goodwill* relacionado com a AICA (Hong Kong), no montante de 99 milhões de euros, tendo em conta o enquadramento

de taxas de juro baixas e o respetivo impacto na situação financeira da nossa atividade local.

Excluindo o impacto líquido nas dotações totais para imparidades, o resultado líquido da Atividade Seguradora para o exercício em análise teria atingido 595 milhões de euros, por comparação com 391 milhões de euros em 2010, o que foi suportado de forma positiva por um montante total superior relativo a mais-valias realizadas (167 milhões de euros v. 62 milhões de euros), maioritariamente na Bélgica.

Área Seguradora

Impacto das dotações para imparidades nos ramos Vida e Não-vida, desempenho operacional melhorado dos ramos Não-vida

No ano de 2011, a Ageas apresentou um **resultado líquido negativo na Área Seguradora**, sem participação de controlo, no valor de 313 milhões de euros, por comparação com lucros líquidos de 391 milhões de euros em 2010. Este resultado divide-se entre um resultado líquido negativo de 327 milhões de euros para a Bélgica, perdas líquidas de 8 milhões de euros e de 64 milhões de euros, respetivamente, para a Europa Continental e Ásia, parcialmente compensadas por lucros líquidos de 86 milhões de euros para o Reino Unido.

Os resultados relativos à Bélgica e à Europa Continental são marcados por dotações para imparidades de obrigações soberanas gregas no montante bruto de 1,3 mil milhões de euros, correspondendo a uma dotação líquida de 627 milhões de euros, após participação nos lucros, impostos e sem participação no controlo, com base nos justos valores em 31 de dezembro de 2011. No seguimento destas dotações para imparidades, as obrigações soberanas gregas são registadas, em média, em 23% do custo amortizado.

O declínio dos mercados financeiros causou ainda imparidades relativas a investimentos em ações nos vários segmentos, com exceção do Reino Unido, com um impacto líquido anual total de 182 milhões de euros. As ações continuadas com a finalidade de recalibrar os investimentos em títulos de rendimento fixo e ações, combinadas com alguma atividade comercial no setor imobiliário na Bélgica, resultaram na realização de mais-valias líquidas no montante de 167 milhões de euros.

O **resultado líquido do ramo Vida** atingiu o valor negativo de 425 milhões de euros, por comparação com um resultado líquido positivo de 377 milhões de euros em 2010. As supra mencionadas dotações não recorrentes para imparidades relativas a uma carteira de investimentos (772 milhões de euros) e o *goodwill* relativo à AICA (Hong Kong) tiveram efeitos sobre o desempenho. Além do mais, o resultado obtido na Bélgica incluía uma dotação relativa à contribuição cobrada pelo estado belga à indústria seguradora e que ascendeu a um montante anual total 20 milhões de euros. No Reino Unido, o resultado do ramo Vida inclui uma dotação de 4 milhões de euros, relativa a uma amortização acelerada dos custos de aquisição diferidos, que se deveu ao facto de as anulações terem sido em maior número do que o esperado.

As operações dos ramos **Não-vida** melhoraram substancialmente quando comparadas com o ano anterior e apresentaram um **resultado líquido** positivo de 82 milhões de euros, por comparação com 2 milhões de euros obtidos no ano anterior. Em 2011, as operações no Reino Unido voltaram a apresentar lucros (61 milhões de euros), tendo a Europa Continental e a Ásia contribuído com 10 e 8 milhões de euros, respetivamente. Os resultados dos ramos Não-vida na Bélgica desceram até um valor de 3 milhões de euros, tendo sido, no entanto, prejudicados por dotações para imparidades relacionadas com as obrigações soberanas gregas (27 milhões de euros) e pelos custos relativos a condições climatéricas adversas. Os custos totais relativos às condições climatéricas que afetaram os ramos Não-vida acenderam a 37 milhões de euros, dos quais 22 milhões de euros se referem à Bélgica, 11 milhões de euros ao Reino Unido e 4 milhões de euros à Ásia. O desempenho operacional melhorou substancialmente em todos os ramos, especialmente no ramo Automóvel, tendo sido impulsionado pelos aumentos de tarifas e pela excelência operacional. O **rácio combinado do Grupo** ascendeu a 101,1%, por comparação com 107,3% verificados no último ano.

Os resultados líquidos do segmento **Outros Seguros**, que inclui as operações de distribuição a retalho no Reino Unido, apresentaram melhorias significativas, atingindo 30 milhões de euros, por comparação com 12 milhões de euros em 2010, tendo beneficiado do contributo e das sinergias das atividades recém-adquiridas, KFFS e Castle Cover, e incluindo ainda as comissões relacionadas com os resultados que foram pagas pelos parceiros.

*Prémios Vida mais baixos, prémios Não-vida mais altos
em todos os segmentos*

O valor **total** bruto dos prémios ascendeu a 17,2 mil milhões de euros, tendo sido inferior em 4% ao nível atingido no último ano (17,9 mil milhões de euros). Este valor incluía 6 mil milhões de euros (+4%) relativos às parcerias não consolidadas numa base de 100% na Ásia e na Europa Continental, incluindo esta última a participação dos ramos Não-vida adquirida em agosto de 2011 na AKSigorta, na Turquia. Os prémios do segmento do Reino Unido dispararam em 2011 em quase 70%, impulsionados pelo primeiro ano de atividade da Tesco Underwriting e pelo crescimento orgânico adicional, enquanto a Ásia repetiu o seu desempenho de sucesso de 2010, apesar de o seu início se ter mostrado difícil. Na Bélgica e na Europa Continental, os prémios, particularmente no que se refere ao ramo Vida, caíram em linha com as tendências gerais do mercado, tendo os ramos Não-vida registado um crescimento.

Os prémios do ramo **Vida**, incluindo as parcerias não consolidadas a 100%, ascenderam a 12,3 mil milhões de euros, o que equivale a um decréscimo de 13% em 2010. Os prémios relativos a entidades consolidadas ascenderam a 7,1 mil milhões de euros, por comparação com 9 mil milhões de euros no último ano. O último ano foi marcado por uma concorrência feroz entre os produtos bancários e os produtos de poupança do estado, enquanto que na Ásia as alterações regulamentares e as medidas de contenção monetária nos diversos mercados foram

acompanhadas por um enfoque crescente num menor volume, apresentando, no entanto, uma maior qualidade dos prémios de vendas normais. Os prémios na Bélgica e na Europa Continental diminuíram em 12 e 36%, respetivamente, por comparação com os níveis de 2010, tendo sido impulsionados por uma menor apetência global, tanto pelos produtos de poupança tradicionais, como pelos produtos *Unit-linked*. Na Ásia, os prémios mostraram uma resiliência notável perante a turbulência financeira ocorrida no segundo semestre do ano e as alterações regulamentares dos mercados.

O Volume Bruto de Prémios Emitidos nos ramos **Não-vida**, ascendeu a 4,9 mil milhões de euros (+31%), refletindo a estratégia de crescimento nesta área. O crescimento tem origem no Reino Unido, com um aumento de mais de 800 milhões de euros (+68%), que se deveu maioritariamente ao êxito do lançamento da Tesco Underwriting, que ocorreu em outubro de 2010, e ao desenvolvimento positivo dos ramos Particulares e Comercial. Na Europa Continental, a participação adquirida na AKSigorta, a terceira maior seguradora dos ramos Não-vida da Turquia, consolidada desde agosto de 2011, teve uma contribuição de 177 milhões de euros. Na Ásia, as parcerias Malásia e Tailândia apresentaram um bom desempenho em todos os ramos, registando aumentos de 18 e 16%, respetivamente. Em 2011, as atividades desenvolvidas na Bélgica cresceram de forma consistente, com uma quota de mercado que alcançou 15,7%. Os prémios beneficiaram de uma combinação de tarifas mais altas e aumentos de volume. Tal como no Reino Unido, os ramos Automóvel e Incêndio tiveram um desempenho particularmente bom.

PRÉMIOS PROCESSADOS [milhões de euros]	2011	2010	
Bélgica	6.179	6.709	-7,9%
Vida	4.508	5.118	-11,9%
Não-vida	1.671	1.591	5,0%
Reino Unido	2.034	1.207	68,5%
Vida	51	28	82,1%
Não-vida	1983	1179	68,2%
Europa Continental	2.849	3.933	-27,6%
Vida	2.219	3.490	-36,4%
Não-vida	630	443	42,2%
Ásia	6.157	6.094	1,0%
Vida	5.550	5.578	-0,5%
Não-vida	607	516	17,6%
Total	17.219	17.943	-4,0%
Vida	12.328	14.214	-13,3%
Não-vida	4.891	3.729	31,2%

Carteira de investimentos com uma composição mais estável e aumento de mais-valias potenciais no último ano

Os **Fundos totais sob gestão** nas entidades consolidadas, com exclusão das entidades “Detidas para Venda” (i.e., Ageas Life Germany) e incluindo os ramos Não-vida, diminuíram de 78,1 mil milhões de euros, em finais de 2010, para 70,6 mil milhões de euros, em finais de 2011. Esta diminuição está amplamente relacionada com a exclusão dos Fundos sob Gestão derivados da atividade da Luxembourg Life que, no fim do ano, se fundiu com a Cardif Lux International, encontrando-se agora excluídas do âmbito da consolidação. Numa base comparável, os Fundos sob Gestão apresentaram um ligeiro aumento, originado pela Bélgica e pela Ásia. Os **fundos sob gestão do ramo Vida** nas atividades consolidadas ascenderam a 64,4 mil milhões de euros. Os fundos sob gestão do ramo Vida nas parcerias não consolidadas (Ásia) aumentaram 9%, ascendendo a 18,4 mil milhões de euros. Em linha com o aumento dos níveis dos prémios, **os fundos sob gestão dos ramos Não-vida** aumentaram até 6,2 mil milhões de euros, mais 16% por comparação com finais de 2010, estando o referido aumento amplamente relacionado com o crescimento da atividade no Reino Unido.

Maior simplificação e reforço seletivo da Carteira de Seguros

No decurso de 2011 e em linha com a sua definição estratégica, a Ageas desenvolveu outras ações com a finalidade de simplificar e reforçar a sua atividade seguradora. No mês de fevereiro, a Continental Europe deu um passo importante no sentido de alargar o seu leque de atividades dos ramos Não-vida, através da celebração de um acordo com a Haci Omer Sabanci Holding (“Sabanci”) para aquisição de uma participação de 31% na AKSigorta, que é atualmente a terceira maior seguradora Não-vida da Turquia, relativamente a um valor total de 153 milhões de euros. A transação incluía ainda a celebração de um acordo de distribuição exclusiva com o AKbank, tendo por objeto o desenvolvimento conjunto do modelo de *bancassurance* na Turquia. Em novembro, a Ageas e a Sabanci, os dois principais acionistas da AKSigorta, anunciaram a sua intenção de aumentar a respetiva participação através da aquisição conjunta de 10% do valor total das restantes ações da AKSigorta. Em 31 de dezembro de 2011, ambas as partes já tinham aumentado a sua participação em 2%, detendo uma participação de 33%.

Em finais de março, a Ageas adquiriu a Castle Cover Limited, uma intermediária sediada no Reino Unido, especializada no setor que abrange os indivíduos com mais de 50 anos, o que consolidou a posição da Ageas como nº 2 neste segmento de mercado de crescimento acelerado.

No decurso do mês de junho, a Ageas anunciou duas transações adicionais. No Luxemburgo, a Ageas Insurance International e o BGL BNP Paribas, cada um deles detendo 50% das ações da Fortis Luxembourg Vie, assinaram um contrato com a Cardif Lux International com a finalidade de procederem à fusão das suas atividades. A recém-criada entidade é detida pela Ageas, pelo BGL BNP Paribas

e pelo BNP Paribas Cardif, em respetivamente, 33,33%, 33,33% e 33,34%. Seguidamente, a Ageas celebrou um contrato com a Swiss Re, para transferência do *run-off* da Intreinco N.V., antiga companhia de resseguros cativa do Grupo Fortis. A transação tinha ainda em vista a simplificação da estrutura empresarial e foi concluída em finais de 2011.

Finalmente, no início do mês de outubro, a Ageas anunciou a celebração de um acordo com a Augur Capital relativo à venda da German Life activities. Espera-se que a transação seja concluída no início de 2012.

Conta Geral

O resultado negativo da **Conta Geral**, no montante de 265 milhões, foi originado principalmente pela alteração da avaliação das questões relacionadas com o passado. Para além das quatro questões relativas ao legado, a RPN(I), a Royal Park Investments, a opção de compra do BNP e os Títulos de Dívida da Fortis Tier 1, que tiveram um impacto negativo combinado de 271 milhões de euros, o resultado da Conta Geral incluía ainda um impacto positivo de 56 milhões de euros relativos à resolução de questões pendentes relacionadas com impostos, reduzindo o impacto negativo total das questões relativas ao legado para 215 milhões de euros.

Grupo

Em 31 de dezembro de 2011, o **valor dos capitais próprios** ascendia a 7,8 mil milhões de euros (3,23 euros por ação), por comparação com 8,4 mil milhões de euros (3,26 euros por ação) em 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total dos fundos próprios segundo as normas IFRS ascendia a 8,6 mil milhões de euros, por comparação com 9,9 mil milhões de euros, em finais de 2010, incluindo 1,1 mil milhões de euros da Conta Geral. O excesso de solvabilidade ascende a 5 mil milhões de euros, correspondendo a um rácio de Solvabilidade de Grupo de 237%, por comparação com 282%, em finais de 2010. O capital disponível total relativo à atividade seguradora ascendia a 7,5 mil milhões de euros, com requisitos mínimos de solvabilidade até 3,6 mil milhões de euros (+12%) e um rácio de solvabilidade da Área Seguradora de 207% (v. 232%, em finais de 2010).

Os rácios de solvabilidade para os segmentos de atividade de acordo com as normas IFRS mantiveram-se sólidos, com 174% para a Bélgica, 234% para o Reino Unido, 172% para a Europa Continental e 292% para a Ásia.

O Conselho de Administração da Ageas irá propor um **dividendo bruto de 8 cêntimos por ação**, a ser pago em numerário, após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral anual que terá lugar em 25 e 26 de abril de 2012. Apesar dos resultados negativos da área Seguradora, o Conselho de Administração da Ageas decidiu manter o valor dos dividendos estável, por comparação com o valor dos dividendos pagos em 2010, como sinal de confiança e reconhecimento da qualidade subjacente dos ativos e da nossa atividade.

MILLENNIUM BCP

Desde a sua fundação, o Millennium bcp tem sido sinónimo de inovação, dinamismo e solidez financeira, mantendo estes vetores como pilares estratégicos que contribuem para a máxima eficiência da plataforma e constituem um elemento de diferenciação chave face à concorrência. O Banco, com centro de decisão em Portugal, responde à vocação: “Ir mais além, fazer melhor e servir o Cliente”, pautando a sua atuação por valores como o respeito pelas pessoas e pelas instituições, enfoque no Cliente, vocação de excelência, confiança, ética e responsabilidade, sendo líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado português e uma instituição de referência a nível internacional.

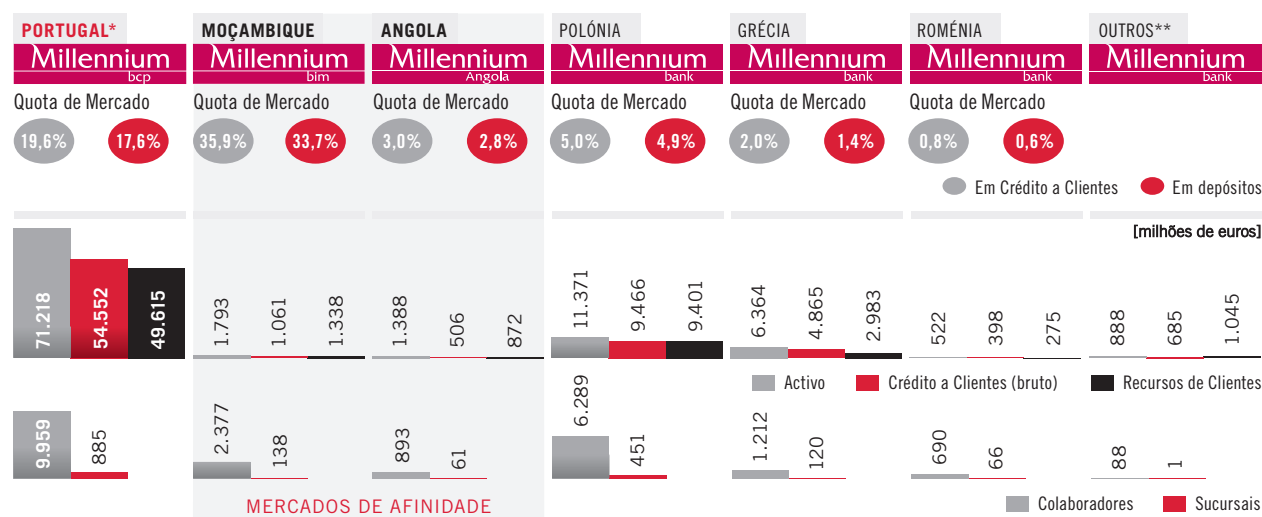
Em Portugal, o Banco opera com a maior rede de distribuição bancária do país, com 885 sucursais, e é o segundo banco em termos de quota de mercado, quer em crédito a Clientes (cerca de 19,6%), quer em depósitos de Clientes (cerca de 17,6%). O Grupo assume também uma posição de destaque em África, através das suas operações bancárias em Moçambique e Angola, e na Europa, através das suas operações na Polónia, Grécia, Roménia e Suíça. Desde 2010, o Banco opera em Macau através de uma sucursal de pleno direito, tendo assinado, nesse ano, um memorando de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China com o objetivo de reforçar a cooperação entre os dois bancos, que se estende a outros países e regiões para além de Portugal e China. Em 2011, o Banco formalizou um pedido de licença para a abertura de uma sucursal de pleno direito na República Popular da China. O Banco tem também uma presença nas Ilhas de Caimão através do BCP Bank & Trust com licença tipo B. Realce ainda para a assinatura, em 2011, do acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico para a constituição/aquisição de um banco no Brasil, visando a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate* e *trade finance*, através de parcerias. A entrada no mercado brasileiro completa o último vértice do losango estratégico Portugal, África, China e Brasil.

Fonte: BCP. As quotas de mercado em Portugal são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco de Portugal e pelos Bancos. As quotas de mercado em Moçambique são baseadas na informação divulgada pelo Banco de Moçambique e as de Angola pelo Banco Nacional de Angola e pelos Bancos. As quotas de mercado na Polónia são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco Nacional da Polónia e pelos Bancos, as da Grécia no Banco da Grécia e nos Bancos e as da Roménia no Banco Nacional da Roménia e pelos Bancos.

(*) Inclui Macau;

(**) BCP Banque Privée, BCP Bank & Trust, Ajustamento de Consolidação

Um Grupo líder focado no negócio de Retalho em Portugal, Polónia, Moçambique e Angola



A atividade em Portugal representa 76,1% dos ativos totais, 76,3% do crédito a Clientes (bruto) e 68,4% dos depósitos de Clientes. As operações internacionais representam já 48,6% do total de 1.722 sucursais e 53,7% dos 21.508 Colaboradores do Grupo BCP, tendo apresentado uma contribuição em 2011 de 122,7 milhões de euros.

O Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros relacionados aos seus Clientes, que vão desde as contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, passando pelo crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, *leasing*, *factoring* e seguros até *private banking* e gestão de ativos, banca de investimento, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada. Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma rede crescente nos países onde opera, o Banco oferece ainda canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela Internet), que funcionam também como pontos de distribuição dos produtos e serviços do Millennium bcp.

Modelo de Organização

Em 31 de dezembro de 2011, o modelo de organização interna do Millennium bcp contemplava quatro áreas de negócio – Retalho, Empresas, Asset Management & Private Banking e Negócios no Exterior (Europa, África e Outros) e duas áreas de suporte – Processos e Serviços Bancários e Áreas Corporativas.

Existiam cinco Comitês de Coordenação que têm por objetivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.

Agenda Estratégica 2011-13

As alterações do enquadramento macroeconómico e regulatório do setor bancário português conduziram a uma revisão da estratégia e à consolidação dos vetores estratégicos prioritários.

O Millennium bcp redefiniu a sua visão corporativa, assumindo-se como líder nacional por excelência: i) em Portugal, onde a sua liderança de mercado, vocação para a inovação e qualidade de serviço e vantagens de escala proporcionam uma sólida plataforma de negócio como base para ganhos de eficiência; ii) em Angola e Moçambique, onde é já um banco de referência e onde as oportunidades de crescimento e o forte compromisso com os países as elegem como as principais geografias com elevado potencial para suportar o crescimento a médio prazo; iii) em África, no Brasil e na China, outros mercados de afinidade onde o potencial de alavancagem do franchise doméstico e de acompanhamento de Clientes no exterior permitem acesso a oportunidades adicionais de negócio, em parceria; e iv) reavaliação do posicionamento das operações europeias, tendo já, após a consideração de várias alternativas sido reafirmado o compromisso com o crescimento orgânico da operação polaca.

A envolvente do setor bancário português degradou-se significativamente durante 2011, em resultado da intensificação dos efeitos da crise da dívida soberana, do aumento da instabilidade institucional europeia, das incertezas quanto aos mecanismos de suporte à União Económica e Monetária e aos países sob pressão dos mercados.

Em relação a Portugal, a atenção centrou-se nos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num contexto de baixo crescimento do PIB e de reduzida competitividade externa, e o agravamento do risco de crédito dos instrumentos de dívida soberana, tornaram as condições de financiamento incomportáveis, condicionando a atuação do Estado português e conduzindo ao pedido de assistência financeira internacional. Em 5 de maio de 2011, o Governo português, com o apoio dos principais partidos políticos, anunciou ter chegado a um memorando de acordo com o FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu relativamente a um Programa de Estabilização Económica e Financeira (PAEF). As principais implicações do PAEF para o setor financeiro português consistem na necessidade de se: i) implementar um processo contínuo de desalavancagem via redução da carteira de crédito; ii) reduzir o financiamento junto do Eurosistema durante o período do programa; iii) alcançar um rácio de *Loans-to-Deposits* de 120% até final de 2014; e iv) cumprir com novos requisitos de solvabilidade, nomeadamente um rácio de Core Tier I de 9% em dezembro de 2011 e de 10% em dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) recomendou, em 8 de dezembro de 2011, o reforço das necessidades de capital em função da exposição dos bancos à dívida soberana, por motivos de precaução. Os requisitos de solvabilidade estabelecidos pela EBA consistem num rácio de Core Tier I de 9% em junho de 2012 (incluindo a valorização da dívida pública a preços de mercado e deduções adicionais aos fundos próprios Core, relacionadas com participações financeiras em instituições financeiras) e de 10% no final de 2012. Por último deverá salientar-se a transição faseada para os critérios de Basileia III a partir de 1 de janeiro de 2014.

Em 27 de julho de 2011, o Banco Comercial Português anunciou a nova agenda estratégica para o período 2011-2014, assente em torno de quatro áreas chave de atuação: i) garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulatórios (9% de Core Tier I em 2011 e 10% em 2012); ii) gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e estrutura de financiamento; iii) recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal, com o objetivo de superar uma rentabilidade de capitais próprios de 10%, após a estabilização do ciclo; e iv) focar o portefólio internacional em função do seu atrativo e recursos disponíveis. No âmbito da sua nova visão estratégica e do foco que se pretende em Portugal, África, Ásia e Brasil, as restantes operações na Europa seriam objeto de um processo de avaliação de diferentes cenários tendo em vista a apropriação de valor.

As principais iniciativas do Millennium bcp a médio prazo deverão centrar-se nos seguintes pilares:

I. Reforço da liderança em Portugal

Este pilar inclui:

- › “Projeto M”, que visa o lançamento de um novo modelo de negócio que procurará uma maior eficiência na abordagem ao *Mass Market*, um novo modelo de serviço para Afluentes e Negócios, a aposta nos Jovens ativos e *self-directed*, bem como numa plataforma multicanal líder, que deverá permitir a reconfiguração da rede de sucursais, a concentração de capacidade e a otimização de recursos;
- › Reestruturação do modelo operativo, através do redesenho de processos *lean* de *front* e *back office*, do ajuste da capacidade ao novo modelo e do reforço das capacidades de recuperação de crédito;
- › Parcerias especializadas, procurando desenvolver o negócio bancário (no imobiliário, *leasing*, *factoring* e banca de investimento, entre outros) e alargar a oferta atual de produtos e serviços não bancários.

II. Angola e Moçambique como plataforma de crescimento para África

O Millennium bcp procurará reforçar a sua base operacional para crescimento na região, reforçando a importância do negócio em África através da intensificação dos planos de expansão em curso em Angola e em Moçambique, e ponderando a expansão a curto prazo para outros países, bem como o eventual desenvolvimento do negócio de *mobile banking*.

III. Crescimento em novos mercados de afinidade

Depois da assinatura de um acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, em setembro de 2011, para criar um banco no Brasil de forma a aceder às oportunidades do mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias, o Banco aguarda a emissão de uma licença bancária. Adicionalmente, o Millennium bcp planeia também reforçar a sua presença física na China, tendo, em 2011, formalizado um pedido de licença para a abertura de uma sucursal de pleno direito nesse território.

IV. Reavaliação do posicionamento das operações europeias

No âmbito da visão estratégica de foco em Portugal, África, Ásia e Brasil, foi iniciado um processo de revisão estratégica das restantes operações na Europa, para avaliação da criação de valor das várias opções possíveis, permitindo uma decisão sobre as respetivas participações sociais.

Em 19 de dezembro de 2011, o Banco Comercial Português, na sequência de um processo de avaliação de diferentes cenários tendo em vista a criação de valor relativamente à operação na Polónia, e tendo abordado minuciosamente várias opções, reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium na Polónia. Da análise efetuada, o Banco Comercial Português concluiu que a opção que melhor defende os interesses dos seus *stakeholders* e que

melhor potencia a criação de valor é a de manutenção da sua participação no Bank Millennium. Assim, o Banco reafirmou a sua confiança no progresso da economia polaca e o seu compromisso de continuar a apoiar e sustentar o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium, suportado pela sua forte posição no mercado de retalho, pelo baixo risco demonstrado pela sua carteira de crédito e pelos ganhos de eficiência e produtividade que têm vindo a ser alcançados com sucesso.

O Banco encontra-se a avaliar opções para reestruturar e/ou reduzir a exposição ao mercado da Grécia, tendo estabelecido um processo de avaliação de diferentes opções e oportunidades, incluindo a eventual participação no processo de consolidação do setor bancário grego, relativamente ao Millennium bank, Societé Anonyme, na Grécia. Em relação à Roménia, a opção consiste na estabilização da operação, mantendo-se o objetivo de atingir o *break-even* a curto prazo.

Resultados Financeiros

O resultado líquido do Millennium bcp foi negativo em 786,2 milhões de euros em 2011, comparando com o lucro de 344,5 milhões de euros em 2010 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística), influenciado por fatores excecionais negativos relacionados com o reforço de dotações para imparidade do crédito, pelo reconhecimento de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, pelo aumento das dotações para imparidade de outros ativos financeiros, pelo efeito da transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e a pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social e pelo *mark-to-market* da dívida pública portuguesa. Estes fatores excecionais refletem fundamentalmente a persistência de um contexto macroeconómico nacional e internacional adverso, a par do agravamento das tensões relacionadas com a dívida soberana na área do euro e do aumento da incerteza nos mercados financeiros internacionais.

A atividade em Portugal foi condicionada pelos já mencionados fatores excecionais negativos, os quais foram atenuados pelo aumento da margem financeira, beneficiando do ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco dos Clientes, pela redução dos outros gastos administrativos, repercutindo as iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, e pelo menor nível de amortizações do exercício, designadamente de equipamento e imóveis.

O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciado pelo crescimento do produto bancário induzido pelos maiores volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se os resultados líquidos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo total atingiu 93.545 milhões de euros, que compara com os 98.547 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010. O crédito a Clientes, antes da imparidade para crédito, diminuiu 6,4%, totalizando 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (representando

76% do ativo total), face aos 76.411 milhões de euros relevados no final do ano anterior. Esta evolução decorre fundamentalmente dos condicionalismos acima mencionados, com consequências na diminuição da procura e na maior seletividade na concessão de crédito. Acresce que a contração da carteira de crédito encontra-se também influenciada pela venda de algumas operações de crédito, a qual acelerou o *deleverage* e possibilitou a libertação de recursos com vista a serem direcionados para o financiamento a Clientes. Os recursos totais de Clientes atingiram 65.530 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 67.596 milhões de euros registados na mesma data de 2010. Esta evolução foi determinada pelo comportamento dos ativos sob gestão e dos produtos de capitalização, não obstante a subida de 3,3% dos recursos de balanço de Clientes. O rácio Core Tier I consolidado ascendeu a 9,4% em 31 de dezembro de 2011, situando-se acima do limite mínimo definido pelo Banco de Portugal (9%) e evidenciando um acréscimo de 275 pontos base face aos 6,7% reportados no final de 2010. O sucesso das operações de reforço do Core Tier I levadas a cabo durante o exercício de 2011 e a redução evidenciada nos riscos ponderados, suportada na *deleveraging* e na otimização e reforço de colaterais, contribuíram favoravelmente para a evolução registada no Core Tier I. As ações do BCP estão admitidas à cotação da Euronext Lisboa, sendo a capitalização bolsista em 31 de dezembro de 2011 de 980 milhões de euros.

MILLENNIUM BCP – SÍNTESE DE INDICADORES [milhões de euros]	2011	2010	VARIAÇÃO
Resultado líquido	(786,2)	344,5	-328,2%
Ativo total	93.545	98.547	-5,1%
Recursos totais de Clientes	65.530	67.596	-3,1%
Créditos sobre Clientes (líquidos)	68.046	73.905	-7,9%
Capitalização bolsista (ações ordinárias) ⁽³⁾	980	2.732	-64,1%
N.º de Clientes (milhares)	5.385	5.165	4,3%
N.º de Colaboradores	21.508	21.370	0,6%
Rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-20,4%	9,8%	
Resultado líquido por ação básico e diluído ajustados (euros)	(0,063)	0,048	
Rácio de eficiência ^{(1) (2)}	58,4%	54,1%	
Custos com pessoal / Produto bancário ^{(1) (2)}	31,9%	29,0%	
Rácio de Core Tier I ⁽¹⁾	9,4%	6,7%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽¹⁾	9,6%	10,3%	

(1) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(2) Exclui impacto de itens específicos.

(3) Valor de mercado por ação ajustado do aumento de capital.

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.



Relatório do Conselho de Administração

Concluído o exercício de 2011, vem o Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. apresentar aos Senhores Acionistas o Relatório e as Contas consolidadas, refletindo a atividade conjunta de todas as subsidiárias para o ano findo em 31 de dezembro de 2011, as quais foram auditadas pela KPMG.

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Apreciação Global

O processo de retoma económica global iniciado em 2010 teve continuidade na primeira metade de 2011, não obstante a persistência de riscos associados ao mercado imobiliário nos EUA, à crescente pressão sobre a sustentabilidade da dívida pública nos países da periferia da área do euro e respetivos processos de ajustamento económico e de consolidação orçamental, à maior volatilidade nos mercados emergentes e ao processo de implementação de melhorias na regulação do sistema financeiro. Uma parte significativa destes riscos tenderam a materializar-se em 2011, nomeadamente o aumento das tensões no quadro institucional europeu, contribuindo para a incerteza e expectativa quanto aos entendimentos e soluções que venham a ocorrer em 2012. A degradação das condições de financiamento nos mercados interbancários conduziu ao maior recurso por parte dos bancos europeus ao financiamento direto do BCE. Este enquadramento, de maior risco para o crescimento económico na área do euro, de par com uma redução das pressões inflacionistas e disfuncionalidade do mecanismo de transmissão monetária, incentivaram o BCE a rever os parâmetros de política monetária, reduzindo as taxas de juro e adotando medidas excecionais de suporte à liquidez do sistema financeiro, cujos efeitos deverão ser sentidos ao longo de 2012.

Em abril de 2011, as autoridades portuguesas vincularam-se ao Programa de Assistência Económica e Financeira, que visa a correção dos desequilíbrios macroeconómicos (défice orçamental e déficit externo), assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade financeira, e implementar um conjunto de reformas estruturais que potenciem o crescimento da economia a prazo. Em contrapartida, é assegurada pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu uma proporção expressiva das necessidades de financiamento público até 2013, esperando-se que o país retome gradualmente capacidade de financiamento em mercado ao longo deste período. Não obstante, a consolidação das finanças públicas terá fortes repercussões ao nível do rendimento disponível das famílias e das empresas, condicionando o crescimento económico e a capacidade de poupança.

A incerteza económica e financeira tem condicionado o desempenho do sistema financeiro nacional e a procura de soluções para o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido da captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e identificação de segmentos de negócio mais competitivos, fatores a ter em conta para o cumprimento das metas de desalavancagem e para a promoção do crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento. A concretização eficiente destes objetivos implica um reforço da confiança dos Clientes e dos investidores, através da promoção da ética e da transparência na gestão, do envolvimento de todos os *stakeholders*, de uma gestão de risco mais eficaz e da procura de propostas e processos inovadores com vista à satisfação das necessidades emergentes de um

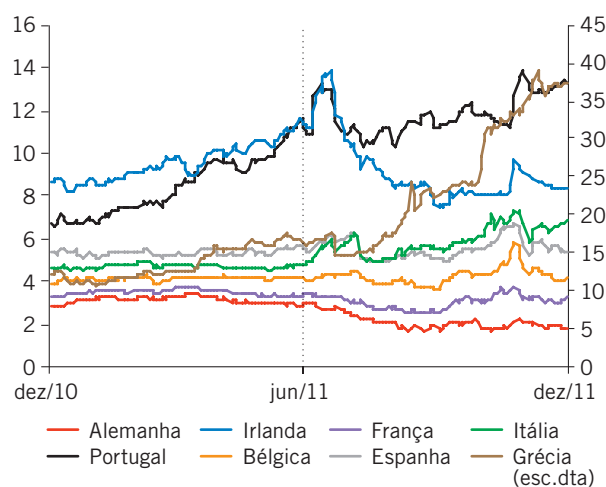
novo paradigma económico, que procede da conciliação de objetivos financeiros, sociais e ambientais.

Enquadramento Económico Mundial

A economia global foi negativamente afetada em 2011 por fatores exógenos atípicos e temporários, como a catástrofe natural no Japão; por fenómenos de natureza sistémica com repercussões na evolução do comportamento dos mercados e por desenvolvimentos políticos globais de impactos ainda indeterminados. A par da persistência de níveis de consumo e de investimento moderados nas economias avançadas, devido ao processo de correção dos elevados níveis de endividamento público e privado e ao clima de incerteza, verificou-se um aumento das tensões políticas no Médio Oriente e no Norte de África e uma invulgar instabilidade no sistema financeiro europeu, com implicações na evolução do comércio internacional e no potencial de crescimento da economia mundial.

Intensificação e disseminação da crise da dívida europeia

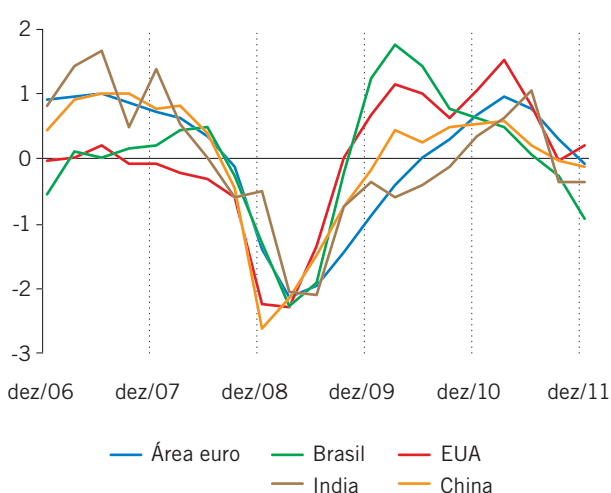
Dívida pública europeia
Yields de títulos de dívida pública 10 anos (em %)



Fonte: Datastream

Abrandamento generalizado da atividade económica mundial

Índices de clima económico
Valores normalizados para o período



Fonte: Datastream

A atividade económica nos países europeus degradou-se ao longo de 2011, em resultado da intensificação dos mecanismos de interação entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia real, que, de forma progressiva, foram envolvendo países de maior relevância económica. A volatilidade dos mercados financeiros aumentou, em consequência da maior instabilidade institucional europeia, dadas as incertezas acerca da solidez dos mecanismos de suporte à União Económica e Monetária e às necessidades de desalavancagem e de recapitalização do sistema financeiro. O legado persistente do endividamento excessivo continuará a afetar o desempenho económico em 2012. A sustentabilidade das finanças públicas poderá exigir medidas de consolidação orçamental adicionais e persistentes, por forma a compensar os efeitos negativos do ciclo económico num prazo mais imediato e dos desafios demográficos a longo prazo. Estima-se um

crescimento económico moderado e incerto durante o ano de 2012, persistindo alguma disparidade de desempenho entre os países da periferia europeia e os países do centro e leste europeus, decorrente da margem de manobra conferida pela diferente condição das finanças públicas. Os ganhos de emprego apresentam-se muito modestos e indiciam níveis de desemprego estruturalmente elevados. As perspetivas de negócio permanecem fracas, com evolução muito moderada das encomendas, mas, em contrapartida, os níveis de existências foram ajustados em conformidade, podendo constituir-se como um fator positivo para a atividade produtiva a prazo. O retorno a um crescimento mais robusto e sustentado no decorrer de 2012 dependerá da expectativa de correção dos desequilíbrios económicos e financeiros e das reações dos investidores às medidas tendentes a atenuar a incerteza com o futuro da União Europeia.

O abrandamento da economia mundial atenuou as pressões inflacionistas nas economias emergentes, o que permitiu a adoção de políticas monetárias menos restritivas. As políticas económicas serão importantes para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos globais, constituindo um desafio estrutural para as economias emergentes, na medida em que terão de ser encontradas soluções equilibradas para a transição de um modelo de desenvolvimento maioritariamente suportado no impulso externo para um regime que proporcione motores de crescimento mais sustentados na procura interna com melhoria generalizada dos padrões de vida de forma sustentável.

As projeções do FMI divulgadas em setembro apontam para um crescimento global de 4% em 2011 e 2012, uma revisão em baixa de 0,3 e 0,5 p.p. relativamente às previsões do final do primeiro semestre, sobretudo pelos maiores riscos para o crescimento da área do euro (1,6% em 2011 e 1,1% em 2012) e abrandamento do crescimento nos EUA (1,5% em 2011 e 1,8% em 2012). O efeito de contágio da turbulência económica e financeira dos países europeus a outras zonas será tanto maior quanto maiores forem as ligações comerciais e a exposição ao sector financeiro europeu. Contudo, o FMI considera que os riscos de contágio às maiores economias emergentes serão limitados, projetando um crescimento das mesmas em torno dos 6% no biénio.

Perspetivas para a Economia Portuguesa

Durante o ano de 2011, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa tornaram-se preponderantes. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num enquadramento de baixo crescimento económico, e o agravamento da perceção do risco de crédito dos instrumentos de dívida soberana tornaram as condições de financiamento in comportáveis, impondo o pedido de assistência financeira internacional em abril. Desde então, o enquadramento económico e financeiro português tem estado condicionado à execução do Programa de Assistência Económica e Financeira, nos seus pilares fundamentais: sustentabilidade das contas públicas, implementação de reformas estruturais e defesa da estabilidade financeira e o financiamento sustentado da atividade económica em Portugal.

No âmbito da promoção da estabilidade financeira, o plano de ajustamento económico prevê objetivos para a redução do rácio de transformação (relação entre crédito e depósitos), o reforço dos rácios de capital e da liquidez do sistema financeiro e a redução das necessidades de financiamento face ao exterior. Estas condições são consideradas necessárias para assegurar a recuperação do acesso aos mercados internacionais de dívida em 2013. Durante este período de ajustamento, a capacidade de substituição da estrutura de financiamento atual por fundos domésticos estáveis, i.e., menos sensíveis a alterações na perceção de riscos por parte dos investidores internacionais, será muito limitada. Como tal, o financiamento da economia deverá continuar a ser assegurado essencialmente por via institucional (fundos europeus e BCE), que evoluirá em função do equilíbrio que for sendo estabelecido entre o processo de desalavancagem e os efeitos colaterais adversos na atividade económica e no tecido produtivo.

O progressivo enfraquecimento da procura interna tem vindo a acentuar o processo recessivo em que a economia portuguesa se encontra desde o primeiro trimestre. Porém, a contração da atividade económica em 2011, estimada em cerca de 1,6%, terá sido atenuada pelo comportamento mais favorável da procura externa líquida no início do ano. A consolidação orçamental necessária em 2012 para assegurar o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, com repercussão na despesa privada (carga fiscal e parafiscal efetiva, remunerações e pensões), e as condições de acesso a financiamento mais restritivas limitam o consumo e o investimento, conduzindo a uma maior contração do PIB, com impactos negativos sobre a capacidade produtiva, a evolução do emprego e a condição financeira de famílias e empresas. O comportamento da procura externa e a capacidade de melhorar a atratividade dos produtos e serviços portugueses assume-se determinante para evitar um cenário mais negativo e penalizador do processo de ajustamento económico e financeiro.

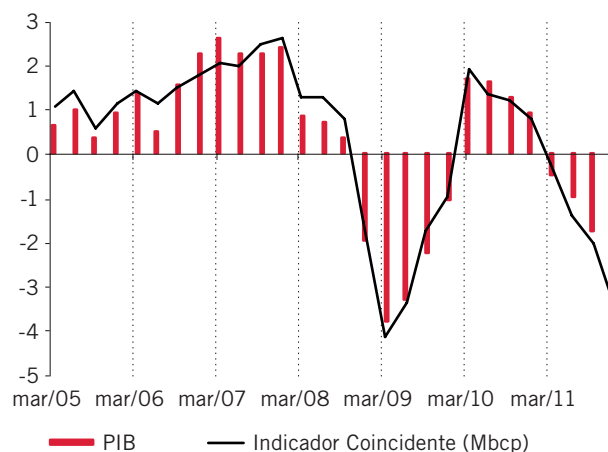
ENQUADRAMENTO DO SETOR SEGURADOR

No ano de 2011, o volume de prémios de seguro direto e contratos de investimento do mercado português atingiu os 11,6 mil milhões de euros, o equivalente a cerca de 7% do PIB português, representando um decréscimo de 29% face ao ano anterior.

O volume de negócios do setor segurador foi fortemente condicionado pelo crescimento negativo de 38% no ramo Vida, onde o total dos prémios atingiu os 7,5 mil milhões de euros. Esta retração surge, não apenas como resultado da atual crise económica, mas também pelo esforço do setor bancário na captação

"Double-dip" da economia portuguesa no 2.º semestre de 2011

PIB vs. Indicador Coincidente (Mbcp)
Taxa de variação real homóloga (em %)



Fonte: INE e Millenniumbcp

de poupanças por via de depósitos a prazo a taxas apelativas, afetando não apenas a comercialização dos produtos de Capitalização, cujos prémios diminuíram 33 %, como também a colocação de produtos PPR, com uma diminuição de produção na ordem de 60 %.

No mesmo sentido do ramo Vida, ainda que mais moderadamente, evoluíram os prémios dos ramos Não-vida, que ascenderam a 4,1 mil milhões de euros, caindo cerca de 0,9 %, invertendo desta forma a tendência de subida registada no ano anterior. O agravamento da conjuntura económica, sobretudo o aumento galopante da taxa de desemprego, condicionou a performance do ramo de Acidentes de Trabalho, onde os prémios caíram 4 %. A contribuir para a queda dos ramos Não-vida, esteve igualmente o ramo de Acidentes Pessoais, com uma evolução negativa 11 % nos prémios processados. Ao invés, registou-se uma evolução positiva nos ramos Doença e Incêndio, ainda que com crescimentos mais modestos que os registados no ano anterior.

Prémios de Seguro Direto e Contratos de Investimento – Atividade em Portugal

[milhões de euros]

RAMOS	2011	2010	2009	2008	VAR. 11/10	VAR. 10/09	VAR. 09/08
Vida	7.533,3	12.171,8	10.383,9	11.004,7	-38,1%	17,2%	-5,6%
Não-vida	4.132,5	4.168,5	4.131,6	4.321,0	-0,9%	0,9%	-4,4%
Total	11.665,9	16.340,2	14.515,5	15.325,8	-28,6%	12,6%	-5,3%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da concentração no mercado segurador nacional, sendo que os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 65 % dos prémios emitidos, o que compara com os 73 % registados no final de 2010.

Importa realçar que, não obstante o atual contexto de recessão económica que se tem verificado em Portugal, o setor segurador permanece sólido e robusto, consubstanciado num rácio de solvência do setor consideravelmente acima dos requisitos mínimos exigidos pelo regulador.

Análise do ramo Vida

O ramo Vida inverteu o ritmo de crescimento do ano anterior, atingindo, no final de 2011, uma quebra nos prémios de 38 % face ao período homólogo.

Com efeito, verificou-se em 2011, uma diminuição do peso relativo deste segmento no total do mercado segurador nacional, que se fixou em 65 % face aos 74 % observados em 2010. De notar igualmente uma menor concentração neste segmento, uma vez que os cinco principais grupos seguradores, que representavam cerca de 83 % do total do mercado segurador de Vida em 2010, representam agora 77 % do mesmo mercado.

Prémios de Seguro Direto e Contratos de Investimento – Atividade em Portugal [milhões de euros]

RAMOS	2011	2010	2009	2008	VAR. 11/10	VAR. 10/09	VAR. 09/08
Produtos de Capitalização	5.315,0	7.981,2	6.295,5	7.588,7	-33,4%	26,8%	-17,0%
Planos Poupança Reforma	1.302,4	3.251,3	3.144,8	2.465,9	-59,9%	3,4%	27,5%
Risco e Rendas	915,9	939,3	943,6	950,2	-2,5%	-0,5%	-0,7%
Total	7.533,3	12.171,8	10.383,9	11.004,7	-38,1%	17,2%	-5,6%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Em 2011, todas as linhas de negócio do ramo Vida apresentam decréscimos no volume de prémios comercializados, sendo particularmente relevante a acentuada queda nos produtos de Poupança Reforma e nos produtos de Capitalização, não ligados a fundos de investimento, dadas as circunstâncias conjunturais descritas anteriormente, a que, no caso dos produtos de Poupança Reforma, acresce a redução dos incentivos fiscais. Este tipo de produtos, apresentaram no conjunto, um montante total de prémios de cerca de 4,6 mil milhões de euros (cerca de 62% da produção total deste segmento), o que, face aos 8,9 mil milhões registados no mesmo período do ano anterior, representa um decréscimo de 48%.

Análise dos ramos Não-vida

O volume de prémios de seguro nos ramos Não-vida apresentou, face a 2010, um ligeiro decréscimo de 0,9%, atingindo o valor total de aproximadamente 4,1 mil milhões de euros.

De destacar, pela positiva, o crescimento dos prémios vendido nos ramos Doença e Incêndio, tanto mais relevante dado que foi obtido numa conjuntura económica particularmente difícil, onde o acesso a cuidado de saúde em contexto privado é, cada vez mais, uma necessidade sentida pelo mercado.

Ao invés, dois dos ramos de maior peso neste segmento (Automóvel e Acidentes de Trabalho), apresentaram quedas no volume de prémios, o que no caso do ramo Acidentes de Trabalho é já uma tendência recorrente nos últimos anos, naturalmente reflexo da diminuição da atividade económica e do agravamento na taxa de desemprego.

Prémios de Seguro Direto – Atividade em Portugal [milhões de euros]

RAMOS	2011	2010	2009	2008	VAR. 11/10	VAR. 10/09	VAR. 09/08
Automóvel	1.659,0	1.671,9	1.665,6	1.809,7	-0,8%	0,4%	-8,0%
Incêndio	768,8	765,3	744,3	732,2	0,5%	2,8%	1,7%
Acidentes de Trabalho	621,9	645,9	673,7	741,1	-3,7%	-4,1%	-9,1%
Doença	540,5	532,2	499,7	482,8	1,5%	6,5%	3,5%
Ac. Pessoais	159,0	178,4	180,0	172,3	-10,9%	-0,9%	4,5%
Outros ramos	383,4	374,7	368,3	382,9	2,3%	1,8%	-3,8%
Total	4.132,5	4.168,5	4.131,6	4.321,0	-0,9%	0,9%	-4,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

No que respeita aos custos com sinistros, líquidos do efeito do resseguro, de acordo com os dados disponíveis do mercado segurador nacional, com exceção do ramo Incêndio, verificou-se um agravamento das taxas de sinistralidade, particularmente relevante nos ramos de Acidentes e Doença, onde o aumento é superior a dois pontos percentuais.

A contenção nos custos com sinistros do ramo Incêndio, está relacionada com a sinistralidade excecionalmente elevada verificada no ano anterior, reflexo das cheias ocorridas na Região Autónoma da Madeira.

Taxas de sinistralidade

RAMOS	JAN-SET 2011	JAN-SET 2010	JAN-SET 2009	JAN-SET 2008	2010	2009	2008	2007
Acidentes	78,4%	75,0%	75,3%	72,4%	77,4%	76,2%	77,2%	77,8%
Doença	79,8%	77,4%	75,6%	77,4%	81,7%	87,1%	82,8%	84,4%
Incêndio	61,0%	71,9%	51,1%	46,9%	68,7%	64,4%	46,9%	52,0%
Automóvel	78,4%	77,6%	70,5%	70,8%	74,1%	75,1%	70,6%	69,3%
Outros ramos	73,2%	63,7%	59,2%	58,5%	52,6%	74,4%	57,5%	71,6%
Não-vida	75,9%	75,5%	69,3%	68,7%	74,1%	75,6%	70,1%	71,0%

Nota: Taxas calculadas sobre prémios emitidos. Os custos com sinistros incluem montantes pagos, variação da provisão p/ sinistros e custos de gestão. As taxas apresentadas são líquidas de efeito de resseguro.

MILLENNIUMBCP AGEAS – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

2011 foi um ano extremamente desafiante para todo o setor financeiro, seja para os bancos, seja para o setor segurador, e em especial para as seguradoras que operam sobretudo em *bancassurance*, como é o caso da Millenniumbcp Ageas.

Assistiu-se em 2011 à materialização de uma série de riscos latentes, consubstanciados em ameaças sérias e de impacto profundo no negócio: crise de dívida, necessidade de desalavancagem da banca e recessão económica provocaram impactos tanto a nível financeiro como nos volumes de produtos de investimento e de venda associada a operações de crédito, que constituíram no passado recente os motores do crescimento das operações de banca-seguros em Portugal.

Perante o desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o resgate a Portugal, a Millenniumbcp Ageas conseguiu fazer uma avaliação rápida das ameaças e das oportunidades, gerir a transição, controlar os riscos emergentes e avançar com uma estratégia de crescimento, centrada em *bancassurance*, como é matriz identitária da organização, mas canalizando esforços e energia para Não-vida nos segmentos de individuais e de PME, sem descurar o negócio Vida, em que a Companhia tem sido reconhecida como melhor seguradora em Portugal.

Contando com o pleno suporte dos Acionistas e com o empenho e entusiasmo de uma equipa motivada para uma estratégia do futuro, o reenfoque estratégico da Millenniumbcp Ageas foi possível porque os fundamentais financeiros e de negócio se revelaram suficientemente robustos para superar a crise, e porque demonstrou a agilidade necessária para fazer a mudança para os padrões de uma nova realidade.

De entre os vários acontecimentos que marcaram a atividade de 2011, destacam-se os seguintes:

- › As vendas através do Millennium bcp atingiram os 27,3 milhões de euros em seguros de risco venda ativa, um crescimento global de 26% face ao exercício anterior, disperso por todas as linhas de negócio, tornando 2011 no melhor ano de sempre em venda não associada a operações de crédito. Destaque para o segmento de PME, onde a nova abordagem através do canal específico *Bancassurance* Negócios conduziu a 1,3 milhões de euros de vendas em Não-vida, mantendo-se o potencial de crescimento muito elevado. No que respeita a produtos de poupança e investimento, o volume de seguros *Unit-linked* ultrapassou mais uma vez o valor do ano anterior, não tendo no entanto compensado a quebra em capitalização PPR.
- › O canal de distribuição de Não-vida *Ocidental – Agentes & Corretores*, lançado no início de 2008 para servir o segmento de PME suportado por uma rede de mediadores profissionais, contribuiu já, no ano de 2011, com um volume de prémios de 33,9 milhões de euros, incluindo cerca de 1 milhão de euros provenientes das Sucursais de Negócios do Millennium bcp.
- › As vendas de produtos Médis cresceram 13%, contribuindo para uma quota de Mercado de 26,4%. As parcerias entre a Médis e outras Seguradoras resultaram num volume de receita processada de 11,9 milhões de euros, um crescimento de 19% face ao ano anterior.
- › No negócio de gestão de Fundos de Pensões, a Pensõesger manteve a liderança destacada do mercado, tendo o valor global dos ativos sob gestão ultrapassado os 3,8 mil milhões de euros, salienta-se ainda o processo de transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento a 31 de Dezembro de 2011, prevista no regime de Segurança Social substitutivo constante da regulamentação coletiva do setor bancário, que se traduziu para a Pensõesger na redução dos ativos sob gestão no valor de 2,7 mil milhões de euros.
- › Registou-se ao longo do exercício em análise um incremento na satisfação das áreas comerciais do Millennium bcp, atingindo um *score* de 77, o mais alto de sempre, que compara com os 76,5 obtidos em 2010. Este resultado é o corolário do contínuo esforço feito por toda a organização para melhorar os produtos, processos e serviço disponibilizados. 2011 fica também marcado pela disponibilização de uma ferramenta que permite obter uma avaliação imediata em base diária e multidimensional dos níveis de serviço que cada departamento e de cada linha de negócio. A transparência de informação sobre serviço ao Cliente e a sua disponibilização transversal é um forte indicador da importância que este tema tem para a Millenniumbcp Ageas.
- › Ao nível da gestão do ramo Vida, o ano de 2011 ficou marcado por uma reestruturação, da qual merece maior destaque a integração da área de Subscrição Vida, alinhando assim o modelo de gestão com o das restantes áreas operativas da Companhia. Este ano ficou ainda marcado por diversos projetos estratégicos com vista à melhoria de processos, ao aumento da produtividade e à redução de custos. Também durante o ano se iniciou o

projeto de gestão de sinistros Vida com o objetivo de reorganizar o modelo operativo e a plataforma de suporte, tirando partido do modelo já implementado em Não-vida.

- › Dando prossecução à estratégia de desenvolvimento do negócio Não-vida, a área de subscrição e produção foi reforçada com os meios necessários para atingir os objetivos definidos, quer ao nível de recursos humanos especializados na subscrição, apoio e análise técnica, quer em termos de melhorias operacionais. O número de pedidos de cotação aumentou em 70% e o número de transações manuais, apesar dos automatismos introduzidos, aumentou 22,7%. O aumento das anulações em 5%, fruto em grande parte da crise económica, foi compensado com um aumento de 10% em apólices novas. Os vários estudos à carteira resultaram na introdução de medidas corretivas com vista à melhoria das margens técnicas.
- › Em 2011 foi criada a Plataforma de Sinistros Não-vida, com a inclusão dos sinistros de Acidentes Pessoais e Patrimoniais no modelo de gestão de sinistros criado em 2009 para os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, que assenta na externalização de um conjunto de atividades de suporte à gestão, consequentemente não *core*. Como balanço, importa referir que foram alcançados resultados positivos, demonstrados com o aumento de produtividade da Plataforma de Sinistros Não-vida e a implementação de funcionalidades operativas que conduziram à melhoria da qualidade percebida pelos Clientes.
- › A gestão eficiente dos recursos disponíveis, sem prejuízo da qualidade efetiva dos serviços prestados, continuou a merecer especial atenção por parte da Médis. Ao nível da gestão de sinistros do ramo Saúde, assistiu-se ao longo do exercício em análise a uma importante consolidação de processos, com vista à melhoria dos níveis de serviço acordados, quer com Clientes internos, quer com os Clientes externos. A eficiência e eficácia operativa foram fulcrais para o cumprimento desses objetivos, concretizados com a mesma estrutura de recursos, contribuindo muito para este resultado a automatizações dos processos.
- › Ao nível da Gestão da Rede de Prestadores de Cuidados de Saúde da Médis, destaca-se a reformulação da zona reservada a prestadores em *medis.pt*. Com a reformulação havida, que terá continuidade em 2012, pretende-se dotar os Prestadores com mais e melhores funcionalidades que visam tornar ainda mais eficiente a relação de parceria com a Médis. O lançamento de uma ferramenta de *business intelligence* permitiu desenvolver um conjunto de indicadores técnicos que, partilhados com os prestadores, constituíram um importante meio para a padronização de consumos, análise de desvios e eliminação de desperdícios.
- › Em 2011 foi possível manter o nível de prémios nos produtos Médis *standard* individuais. Tal deveu-se às diversas medidas de controlo de custos e de utilização que a Médis vem implementando ao longo dos últimos anos, como é exemplo a adaptação do *design* do produto com a atualização dos copagamentos. Destaca-se a taxa de sinistralidade para 69,2% no negócio saúde, sendo este indicador um *benchmark* de nível Europeu.

- › No que respeita à gestão de carteiras de investimentos, ao longo de 2011 foram privilegiadas as emissões de papel comercial doméstico, o que permitiu conferir maior liquidez às carteiras, capturando ainda assim uma taxa de juro bastante interessante. Esta mesma estratégia foi também replicada ao nível da dívida pública através dos recorrentes investimentos em Bilhetes do Tesouro. No terceiro trimestre deu-se início ao desinvestimento nas obrigações de Dívida Pública Grega, tendo sido concluído já no último trimestre do ano, ficando assim as carteiras sem qualquer exposição. Um dos movimentos mais expressivos operados em 2011 envolvendo a globalidade das carteiras foi efetuado já no último trimestre do ano. Esta operação teve como objetivo a redução da alocação aos países periféricos, ao mesmo tempo que reduziria também a sensibilidade da carteira à variação das taxas de juro. Relativamente aos ativos de risco tradicionais (ações, *private equity* & *hedge funds*), as carteiras mantiveram uma postura conservadora através de uma exposição muito reduzida e sem alterações relevantes.
- › Em setembro de 2011, procedeu-se à fusão das áreas de gestão de risco e atuariado, tendo sido criada uma única área designada por «Direção de Gestão de Risco e Atuariado», assentando numa reorganização estrutural de funções por forma a otimizar as sinergias existentes. Das atividades desenvolvidas durante o exercício, destacam-se claramente as seguintes: participação no EIOPA Stress Tests, a convite do Instituto de Seguros de Portugal; ações de formação interna no âmbito e com vista ao desenvolvimento de *Own Risk Self Assessment* (ORSA) em ambiente Solvência II, cujo primeiro passo consistiu na implementação de análises trimestrais denominadas *Risk Appetite* e *Key Risk Report*; manteve-se o desenvolvimento dos diferentes subprojectos decorrentes da implementação do regime de Solvência II, com total alinhamento do plano local com o plano do Grupo Ageas, maximizando sinergias em áreas tão complexas como IT, modelação e reporte.
- › Ao nível de sistemas de informação destaca-se a continuidade da melhoria de processos com o Millennium bcp com o grande objetivo de melhorar o serviço ao Cliente e automatizar processos. Enfoque também em canais alternativos, onde se implementou uma série de processos de suporte a seguros do canal de internet do Banco. Também no canal da internet, destaque para a renovação do *website* da Médis (Clientes e Prestadores), bem como do *website* da Pensõesger. De destacar a implementação do novo sistema de produção AIA, onde já foram totalmente integrados os produtos *Unit-linked*, que assenta num modelo de gestão operacional mais robusto e que permitirá lançar as bases para a inovação ao nível do desenvolvimento de produtos Vida, e o início da implementação do projeto de Solvência II na sua vertente de IT. Em termos infraestruturais, sublinha-se o contínuo investimento em dotar o Millenniumbcp Ageas para, numa eventualidade de desastre, estar preparada para a continuidade de negócio.
- › Na vertente de recursos humanos, 2011 foi um ano que ficou marcado pela implementação de um plano de reestruturação que permitirá rejuvenescer o quadro de pessoal e preparar a empresa para os desafios futuros.

O desenvolvimento de planos de ação concretos decorrentes dos resultados do Inquérito Anual de Satisfação dos Colaboradores revelou ser uma ferramenta muito importante na melhoria dos níveis de satisfação e motivação, o que permitiu aumentar os índices para valores superiores a 76%. A formação profissional passou a beneficiar de uma plataforma de *e-learning*, com uma adesão muito positiva, nomeadamente para os Colaboradores recém-admitidos. No campo da comunicação, foi lançada uma *newsletter* semanal dirigida a todos os Colaboradores, onde são divulgadas todas as notícias sobre o que se passa na empresa, apresentados os resultados e outras informações.

- › Em 2011 a Médis foi mais uma vez reconhecida como *Marca de Confiança e Superbrand*, consolidando assim o seu posicionamento como “a” marca de seguros de saúde em Portugal. A Millenniumbcp Ageas foi distinguida pela 1.ª vez como “Melhor Segurador de 2011” pela prestigiada revista “World Finance”. Este prémio reconhece não só o trabalho desenvolvido nos últimos anos em cada Companhia, como o resultado global atingido pela Millenniumbcp Ageas.

Apesar da conjuntura, 2011 foi um ano muito positivo: a Millenniumbcp Ageas cresceu acima do mercado em Não-vida, obteve bons resultados técnicos, melhorou o desempenho operacional, conseguiu manter os custos controlados, foi premiada por prestigiadas organizações, lançou novos projetos estratégicos, e definiu a visão que permitirá trilhar o caminho para os anos que se avizinham. Para tanto, a Millenniumbcp Ageas contou mais uma vez com o empenho do Millennium bcp e com o suporte incondicional da Ageas.

MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA

Missão

Ser a referência em *bancassurance* no mercado segurador Português, potenciando vantagens competitivas noutras canais com elevado potencial, maximizando as capacidades desenvolvidas em permanente colaboração com o Millennium bcp e capitalizando nas competências da Ageas, por via da disponibilização e gestão de uma oferta completa de soluções de proteção, previdência, poupança e investimento aos seus Clientes, suportadas por pessoas e processos capazes de entregar um serviço de excelência.

Valores

A Millenniumbcp Ageas pretende ser reconhecida pelos seus parceiros por um conjunto de quatro grupos de valores.

Solidez	Somos um parceiro de longo prazo, porque a credibilidade e a consistência fazem parte da nossa identidade corporativa, e nela projetamos o futuro. Gerimos riscos com prudência, porque é essa a matriz identitária do negócio em que operamos.
Responsabilidade	Ouvimos, compreendemos e respondemos aos nossos Clientes, tomando riscos e devolvendo à Sociedade a estabilidade necessária ao progresso comum.
Inovação	Temos iniciativa e espírito empreendedor. Temos sempre presente que as melhores e mais adequadas soluções são aquelas que os nossos Clientes valorizam, porque é da valorização que delas fazem os Clientes que geramos valor para a Sociedade.
Transparência	Somos frontais e agimos com clareza em toda a nossa atuação.

Esses valores, são suportados por um conjunto de comportamentos e práticas empresariais, que são assumidas e praticados no dia-a-dia por toda a Organização.

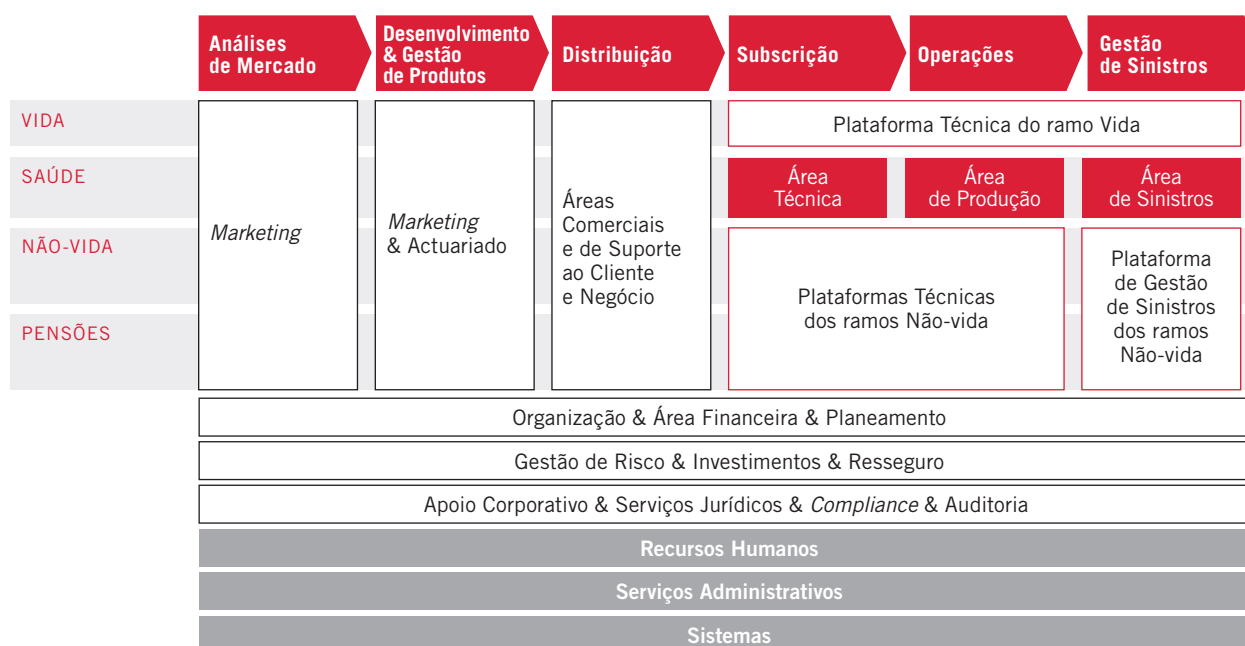
Estratégia

A estratégia do Grupo Millenniumbcp Ageas assenta em 7 pilares, dos quais derivam vários objetivos.

Pilares Estratégicos	Objetivos
Solidez financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Ser líder de mercado em volume de negócio; • Assegurar os <i>drivers</i> de rentabilidade defendendo a margem dos produtos e equilibrando a carteira; • Manter níveis de solvência confortáveis.
Proteção do Negócio	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir ativamente as carteiras de investimento, mitigando riscos e maximizando o retorno; • Reter a carteira, satisfazendo e fidelizando os Clientes; • Assegurar baixos rácios combinados, em linha com as melhores práticas internacionais.
Crescimento através do Millennium bcp	<ul style="list-style-type: none"> • Crescer em venda ativa de produtos de Risco, especialmente em Não-vida; • Disponibilizar em permanência uma oferta de produtos inovadora, competitiva e ajustada às necessidades e expectativas dos Clientes do canal bancário, sejam individuais ou empresas • Operar processos simples e eficientes.
Desenvolvimento de novos canais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o crescimento equilibrado e rentável das carteiras para além do canal Millennium bcp.
Qualidade de serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar níveis de serviço de excelência.
Mitigar o risco operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar a exposição ao risco operacional e financeiro.
Assegurar o envolvimento e responsabilização dos Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver aptidões e competências; • Incentivar ao autodesenvolvimento e à responsabilização como meio de reforçar a progressão na carreira e o compromisso com a empresa.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O processo contínuo de racionalização da atividade, constitui um dos mais relevantes fatores críticos de sucesso para a obtenção de sinergias operativas e para o aproveitamento de economias de escala, seja em áreas técnicas – como Produção, Sinistros e Resseguro – seja em áreas de suporte – Organização, Sistemas, Administrativa, Gestão de Ativos, Financeira, Recursos Humanos, Serviços Jurídicos, Auditoria Interna e *Compliance*.



Serviços Centralizados
 Plataformas Técnicas
 Serviços Partilhados com o Millennium bcp

MARKETING & COMMERCIAL

O ano de 2011 foi o melhor ano de sempre no que respeita às vendas, no canal bancário, dos produtos de risco não associados a operações de crédito, atingindo um valor de 27,3 milhões de euros. Para este feito foi determinante o lançamento de uma oferta mais competitiva de produtos de Acidentes Pessoais, com um aumento do número de contratos vendidos e de um crescimento de vendas de 3 % face a um decréscimo de 11 % observado no mercado.

Destaca-se igualmente a nova oferta – *Proteção Negócio* – especialmente construída para as pequenas e médias empresas e que permitiu um forte crescimento neste segmento.

No ramo incêndio a Millenniumbcp Ageas apresentou um excelente desempenho com um crescimento dos prémios na ordem dos 6,3 % quando o mercado registou uma evolução de apenas 0,5 %. Para este feito foram determinantes as ações de *cross-selling* com o alargamento das coberturas e atualização de capitais aumentando o nível de proteção dos Clientes. Estas ações, associadas à

manutenção de elevadas taxas de penetração na venda de seguros associado ao crédito, veio mais que compensar a forte redução sentida ao nível dos empréstimos concedidos para a aquisição de habitação.

Em resultado da atual situação económica, a qual implica a redução do rendimento disponível, é visível um aumento da propensão para a anulação dos contratos. Considerando esta ameaça, foi lançado em 2011 um ambicioso programa de retenção, o qual incidia numa primeira fase no ramo Saúde. Este programa procura numa primeira fase comunicar a mais-valia do seguro, mas envolve igualmente, a tentativa de reversão da decisão do Cliente que conduziria à anulação da apólice.

O ano de 2011 foi ainda marcado pelo lançamento da possibilidade conferida de subscrição *online* do seguro de Viagem e de animais domésticos – *Pétis*. Iniciou-se igualmente o alargamento da subscrição *online* ao ramo saúde, a qual se espera vir a ser uma realidade já no início de 2012. A utilização de ações de *telemarketing* continuaram a ser impulsionadas, sobretudo para suportar a comercialização de produtos de proteção de pagamentos os quais se revelam particularmente ajustados à atual situação de incerteza que deriva da degradação da situação económica global.

Consciente da importância da comunicação com o Cliente foi lançado um projeto que permitirá ao grupo mudar de forma radical o processo de geração e envio de documentação com o objetivo de permitir aos seus destinatários uma leitura mais fácil e clara, reduzindo em simultâneo o custo envolvido com a sua produção.

Durante o ano voltou-se a apostar em ações de comunicação dos benefícios associados ao seguro de saúde Médis, as quais permitiram aumentar mais uma vez o número de pessoas seguras. Em matéria de comunicação investiu-se na ligação com o nosso principal distribuidor através da campanha de rádio veiculando a mensagem “Seguros é no Millennium”.

No ramo Vida há a destacar o bom desempenho dos produtos *Unit-linked* para o qual foi determinante o lançamento contínuo de ofertas com um atrativo potencial de retorno e, através dos resgates parciais programados, uma disponibilidade imediata das quantias investidas. Apesar da forte desaceleração da venda dos produtos de capitalização, a Millenniumbcp Ageas, conseguiu terminar o ano com um



crescimento da quota de mercado (em função das provisões matemáticas) de 24,6% para 25,5%.

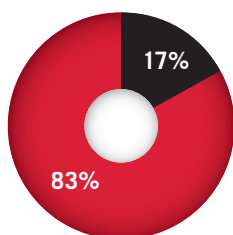
A forte desaceleração da atribuição de empréstimos à habitação e para fins pessoais, veio condicionar fortemente a venda de seguros de Vida Risco, a qual veio a registar um decréscimo de 2,8% num quadro em que o mercado registou uma quebra de 1%.

A comercialização dos produtos de capitalização e PPR foi condicionada pela menor prioridade na venda destes produtos pelo canal de vendas bancário, à qual se veio a adicionar a redução dos benefícios fiscais que lhes estão associados.

O reconhecimento da oferta seguradora do grupo Millenniumbcp Ageas foi ainda traduzido na atribuição de dois importantes prémios à Médis (“Marca de Confiança” o qual é atribuído pela terceira vez e ainda o prémio “Superbrand” este atribuído pela 6.ª vez) e na entrega ao grupo do prémio Melhor Seguradora, atribuído pela *World Finance Magazine*.

ANÁLISE FINANCEIRA

Estrutura dos Prémios de Seguro Directo



■ Vida
■ Não-vida

A análise que respeita ao volume de produção do Grupo e do mercado segurador, inclui contratos de investimento que, de acordo com as normas IFRS, não são contabilizados como prémios de seguros, nomeadamente produtos *Unit-linked* (UL).

Em 2011, a Millenniumbcp Ageas, apresentou face ao ano anterior um decréscimo de 33,3% no volume de prémios de seguro directo, penalizada pela prestação do segmento Vida com um decréscimo de 37,9%, ainda assim ligeiramente inferior ao mercado, que diminuiu 38,1%. Os ramos Não-vida, contrariamente ao comportamento do mercado, apresentaram um crescimento de 2,0%, fato tanto mais assinalável quanto foi obtido num contexto de fraca performance da nossa economia, com uma recessão próxima dos 2%. Com um volume de

prémios de seguro direto de 1.297 milhões de euros e uma quota de mercado global de 11,3 %, a Millenniumbcp Ageas posicionou-se, no mercado nacional, como o segundo maior grupo segurador, subindo desta forma uma posição no ranking segurador nacional.

No negócio dos Fundos de Pensões, o volume total de ativos situou-se, no final de 2011, em 3.865 milhões de euros, sendo de assinalar a transferência, ao abrigo do Decreto-Lei 127/2011, de 2,7 mil milhões de euros do Fundo de Pensões do Banco Millennium bcp para o sistema da Segurança Social. Este fato, conduziu à redução da quota de mercado da Pensõesger, em cerca de 6,9 pontos percentuais, atingindo os 28,3 %, mantendo-se no entanto como líder isolada no mercado nacional de fundos de pensões.

Ramo Vida

Prémios de Seguro Directo

O ramo Vida atingiu um montante de prémios de seguro direto de 1.071 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 37,9 % face a igual período de 2010, essencialmente devido ao menor contributo dos produtos de Poupança (63 milhões de euros) bem como dos produtos PPR (112 milhões de euros), com um decréscimo anual de 85,5 % e 78,4 % respetivamente.

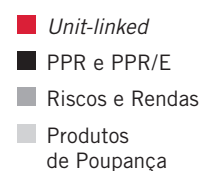
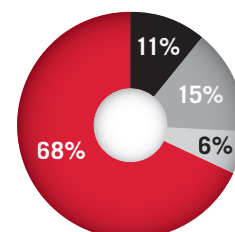
Evolução dos Prémios de Seguro Directo Vida [milhares de euros]

RAMO	2011	2010	2009	VAR. 11/10	VAR. 10/09
Produtos de Poupança	62.773	432.504	462.816	-85,5%	-6,5%
Unit-linked	732.119	585.708	975.856	25,0%	-40,0%
PPR e PPR/E	112.081	519.544	537.350	-78,4%	-3,3%
Riscos e Rendas	163.842	185.744	186.741	-11,8%	-0,5%
Total	1.070.815	1.723.501	2.162.762	-37,9%	-20,3%

No que respeita aos produtos *Unit-linked*, é de assinalar a forte recuperação face ao ano anterior, com as vendas a crescerem 25 % para 732 milhões de euros, fortemente impulsionadas pelo dinamismo das campanhas comerciais desenvolvidas junto do Banco Millennium bcp ao longo do ano 2011, assim como da capacidade de lançamento de produtos atrativos, adaptados aos diversos segmentos de mercado, como foi o caso do *Renda Certa Especial* e do *Seguro Millennium Trimestral*. O resultado nesta linha de negócio, foi obtido em total contraciclo com o mercado segurador nacional, que decresceu 16 % (considerando igualmente as operações de capitalização ligadas a Fundos de investimento).

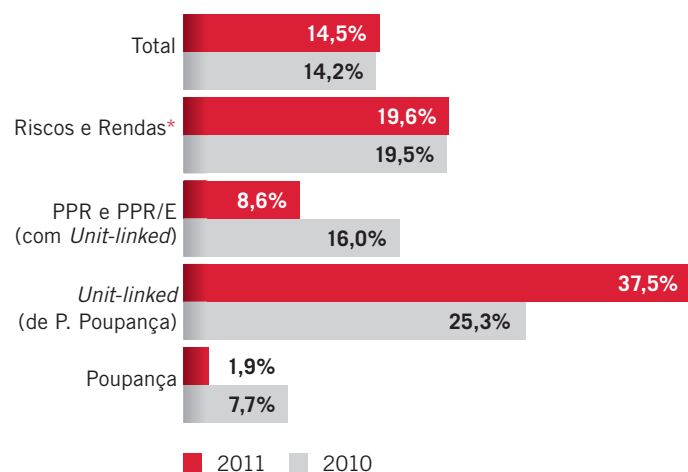
A performance alcançada, alterou, em 2011 comparativamente ao período homólogo, de forma significativa, a estrutura da carteira de prémios neste segmento, tendo os produtos de *Unit-linked* reforçado o seu peso no total da carteira, de 34 %, no final de 2010, para 68 % no final de 2011. Ao invés, os produtos de Poupança e os PPR representam agora cerca de 16 % do total da carteira (em 2010 representavam 55 % do total).

Estrutura da Carteira de Prémios do ramo Vida



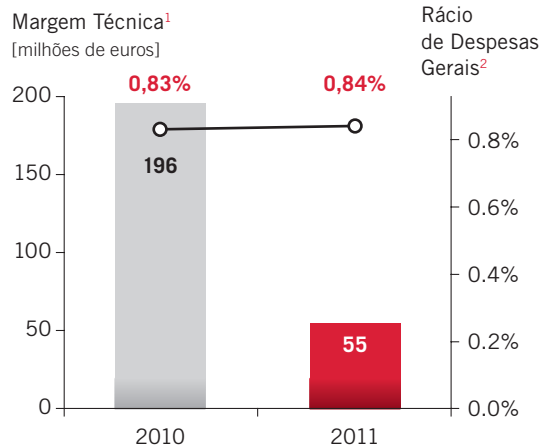
Em 2011, a Millenniumbcp Ageas alcançou a terceira posição no ranking nacional do mercado segurador do ramo Vida, com uma quota de mercado de 14,5%, o que representa um acréscimo de 0,3 pontos percentuais face a igual período do ano anterior.

Evolução da Quota de Mercado do ramo Vida



* Não se considerando o efeito extraordinário do resgate de Apólice de Rendas

Margem Técnica vs Rácio de Despesas Gerais



1) Antes de imputação de custos administrativos.

2) «Custos operativos afetos ao ramo Vida» / «Investimentos médios afetos ao ramo Vida».

Análise Técnica

A margem técnica do ramo Vida, antes de imputação de custos administrativos, situou-se, em 2011, nos 55 milhões de euros, representando um decréscimo de 72% face ao período homólogo de 2010.

Esta quebra, resulta essencialmente de fatores não recorrentes relacionados com a evolução dos mercados financeiros, que obrigaram ao registo de imparidades e menos valias realizadas em ativos como a dívida soberana da Grécia e ações do Millennium bcp. Excluindo este efeito, a margem técnica teria atingido 159 milhões de euros.

A obtenção de um rácio de despesas de 0,84%, em linha com o ano anterior, revelam a gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos do mercado de capitais.

O maior contributo relativo para o resultado da Companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco e Rendas, cuja rentabilidade se baseia em políticas e práticas de subscrição rigorosas e numa superior capacidade de controlo de custos.

Apesar da conjuntura económica é ainda de destacar o contributo fortemente positivo para a margem registado pelos produtos *Unit-linked*, não obstante o decréscimo de 12,5% verificado nas provisões matemáticas.

Fundos de Pensões

Evolução do Mercado

O ano de 2011 no mercado dos fundos de pensões ficou claramente marcado pelo processo de transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento a 31 de Dezembro de 2011 prevista no regime de segurança social substitutivo constante da regulamentação coletiva do setor bancário, regulamentada pelo Decreto-Lei 127/ 2011, de 30 de Dezembro, no valor global de cerca de 6 mil milhões de euros.

Considerando esta transferência natureza externa e com carácter extraordinário, o valor global dos ativos no mercado passou para 13.642 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 31% face ao final de 2010 e de 39% face a 2007, ano em que os fundos de pensões atingiram o seu máximo histórico em Portugal. No entanto, caso não se considerasse o efeito destas transferências o valor global dos fundos de pensões teria permanecido inalterado.

No ano de 2011 o mercado de fundos de pensões continuou marcado pela volatilidade dos mercados financeiros com performances consideravelmente negativas nos mercados acionistas europeus e com as obrigações de taxa fixa entre o positivo e o negativo em resultado do alargamento de *spreads* de crédito que penalizaram com particular incidência a dívida pública dos países periféricos da Europa. A rentabilidade média dos fundos de pensões ficou na casa de -2,3%, no entanto, a rentabilidade mediana, que atenua o peso dos fundos de maior dimensão, apesar de negativa, situou-se em -1,8%.

Quanto ao Certificado de Responsabilidade para a Reforma (CERR), após a receção, ainda em 2010, da carta do ISP a valorizar a iniciativa como um meio efetivo para a promoção, desenvolvimento e transparência no mercado de fundos de pensões e a autorizar que sejam mencionadas essas conclusões no texto de certificado, foram apreciadas as primeiras candidaturas e no final de 2011 encontravam-se já certificados 15 Planos de Pensões.

Atividade da Pensõesger

A Millenniumbcp Ageas opera no mercado de fundos de pensões através da sociedade gestora Pensõesger, baseando a sua atividade na qualidade da informação prestada, no acompanhamento permanente e na resposta atempada às solicitações dos seus Clientes, tendo, em 2011, mantido a sua posição de liderança no mercado dos fundos de pensões.



ESPECIALISTAS EM FUNDOS DE PENSÕES DESDE 1987



**Horizonte
Segurança**

Risco Médio-Baixo
0% em ações
Horizonte temporal
de investimento: médio



**Horizonte
Valorização**

Risco Médio
25% a 35% em ações
Horizonte temporal
de investimento: médio-longo



**Horizonte
Valorização mais**

Risco Médio-Alto
40% a 55% em ações
Horizonte temporal
de investimento: longo

No final de 2011 a Pensõesgere tinha 3.865 milhões de euros de ativos sob gestão, que representavam um decréscimo de 42% face a 2010, em resultado da transferência para a Segurança Social da responsabilidade do Fundo de Pensões do Grupo BCP, com pensões em pagamento a 31 de Dezembro de 2011 prevista no regime de segurança social substitutivo regulamentada pelo Decreto-Lei 127/2011, de 30 de Dezembro, no valor global de 2.746 milhões de euros. Expurgando o valor dessa transferência a redução dos ativos sob gestão teria sido de apenas 1,6% em linha com a rentabilidade média dos fundos de pensões.

Como a transferência realizada para a Segurança Social relativa ao Fundo de Pensões do Grupo BCP representa 46% dos valores totais transferidos pelo conjunto dos fundos de pensões envolvidos a quota de mercado da Pensõesgere registou uma quebra de 5,9 pontos percentuais, tendo passado para 28,3%, apesar desta redução significativa a Pensõesgere continua a ser líder destacada do mercado de fundos de pensões.

No decorrer do exercício em análise, foram reforçadas várias iniciativas para o desenvolvimento das ferramentas informáticas específicas da Pensõesgere com o objetivo de melhorar a produtividade e qualidade do trabalho, bem como para

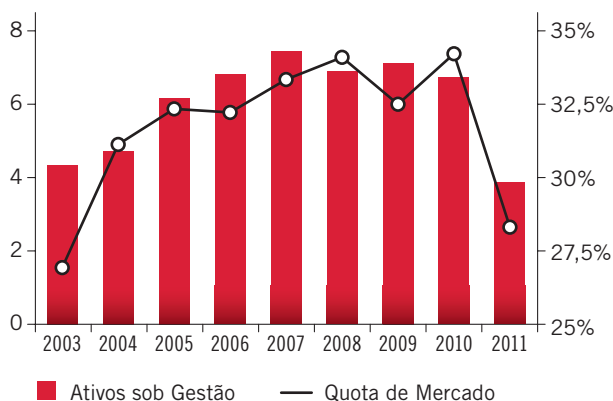
permitir responder às crescentes obrigações de reporte e de informação a fornecer aos Participantes e Beneficiários dos fundos de pensões.

No final de 2011, o volume total de ativos geridos, encontrava-se repartido por 28 fundos fechados, 4 fundos Abertos e 5 fundos abertos PPR.

O total dos ativos sob gestão relativos aos 28 fundos fechados totalizou 3.713 milhões de euros, a que correspondeu um decréscimo de 2.857 milhões de euros face a 2010, quase integralmente justificado pela transferência de parte do Fundo de Pensões do Grupo BCP para a Segurança Social.

Fundos de Pensões e Quota de Mercado

[milhões de euros]



Já quanto aos fundos abertos verificou-se um aumento de 10,2 milhões de euros no volume de ativos sob gestão, que atingiram um total de 112,5 milhões de euros.

A Pensõesger e mantém a oferta dos fundos abertos com perfis de riscos diferenciados, permitindo aos Associados e aos seus Participantes a escolha adequada ao financiamento dos seus planos de pensões, em função do prazo das responsabilidades.

No último trimestre do ano o site da Pensõesger e (www.pensoesgere.pt) foi profundamente renovado, apresentando agora uma nova imagem. Mas para além da imagem, com esta alteração disponibilizou-se aos nossos Clientes uma ferramenta indispensável para o acompanhamento dos respetivos Planos de Pensões, em particular dos Planos de Pensões de Contribuição Definida.

Respondendo à tendência de aumento de opções de investimento nos Planos de Pensões, é agora mais fácil e intuitivo para os Participantes aceder ao seu património em cada um Fundo de Pensões detidos, mesmo quando não são geridos pela Pensõesger e, bem como realizar simulações sobre os seus benefícios de reforma.

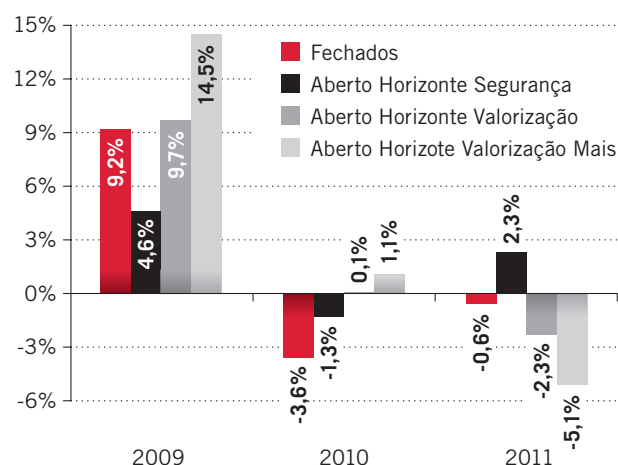
De modo a melhorar a eficiência de funcionamento do serviço arquivo, através do desenvolvimento do mais rápido e eficaz acesso à documentação, em 2011 a Pensõesger e aderiu ao arquivo digital na plataforma FileNET para arquivo da maioria dos documentos produzidos ou recebidos na Pensõesger e no decurso da sua atividade.

Esta funcionalidade permite habilitar a Pensõesger e a funcionar de forma cada vez mais eficaz, permitindo em cada momento a consulta rápida da documentação dos Fundos de Pensões necessária ao correto desempenho das tarefas dos colaboradores e minimizar os riscos associados ao arquivo físico nomeadamente a perda de documentos.

Apesar das performances negativas verificadas no mercado de fundos de pensões, em termos relativos as performances dos fundos de pensões geridos pela Pensõesger e apresentam valores muito interessantes. Cerca de 85% dos fundos apresentam performances superiores aos respetivos *benchmarks* e mais de 60% dos fundos apresentaram performances de valor positivo. Assim, a rentabilidade média situou-se em -0,6% e em termos de rentabilidade mediana foi a única entidade a apresentar um valor positivo com 0,2%.

No que diz respeito aos fundos PPR, o valor sob gestão no final de 2011 atingiu 38,6 milhões de euros, valor inferior em 6,3 milhões de euros ao de 2010. Esta evolução é consequência direta da opção de se comercializar PPR/Seguros de Vida em detrimento dos PPR/Fundos de Pensões da Pensõesger e nas redes de distribuição de retalho e de uma parte significativa dos seus Clientes já reunirem as condições para o reembolso.

Taxas de Rendibilidade Anuais dos Fundos de Pensões da Pensõesger e



Os proveitos decorrentes da prestação de serviços no valor de 11,1 milhões de euros registaram uma redução de apenas 1% face a 2010, não refletindo ainda qualquer redução decorrente da redução dos ativos sob gestão.

Os custos totais no valor de 5,7 milhões de euros apresentam um acréscimo de 18,6%, em resultado de uma variação negativa de um milhão de euros em outros gastos e perdas. Esta variação ficou a dever-se à confirmação da isenção de pagamento de IVA nas prestações de serviço pagas no âmbito dos contratos de mandato de gestão, que permitiu a recuperação de IVA de ano transatos contribuindo para uma redução dos custos em 25% em 2010. Em consequência do acréscimo de custos os resultados operacionais apresentam uma redução de 12,1% face a 2010.

Os resultados líquidos do exercício situaram-se em 4,5 milhões de euros, valor que se encontra 6,8% abaixo do registado em 2010.

A rentabilidade média dos capitais próprios continuou a apresentar um valor interessante com um nível de rentabilidade média de 24,1%.

Os capitais próprios totalizaram, em 31 de dezembro de 2011, 18,7 milhões de euros. Em resultado da redução de ativos sob gestão decorrente do processo de transferência para a Segurança Social, a margem de solvência aumentou 115% passando a evidenciar um nível de cobertura de 410% antes de dividendos distribuídos.

Ramos Não-vida

Prémios de Seguro Directo

Em 2011, a Millenniumbcp Ageas atingiu em Não-vida um volume de prémios de seguro direto de 226 milhões de euros, registando um acréscimo de 2,0% face ao ano anterior, em contraciclo com o mercado segurador nacional, que decresceu 0,9%, condicionado mais uma vez, pela fraca prestação da nossa economia e por uma intensa concorrência entre operadores.

Evolução dos Prémios de Seguro Directo Não-vida [milhares de euros]

RAMO	2011	2010	2009	VAR. 11/10	VAR. 10/09
Automóvel	21.727	22.552	23.353	-3,7%	-3,4%
Acidentes de Trabalho	6.186	6.088	6.605	1,6%	-7,8%
Incêndio e Outros Danos	42.404	39.878	38.173	6,3%	4,5%
Saúde	134.604	132.714	120.843	1,4%	9,8%
Acidentes Pessoais	13.868	13.476	12.858	2,9%	4,8%
Outros ramos	7.663	7.315	5.968	4,8%	22,6%
Total	226.452	222.023	207.800	2,0%	6,8%

Com exceção do ramo Automóvel, a Millenniumbcp Ageas apresentou, em 2011, um crescimento acima do mercado nacional em todos os restantes ramos de Não-vida. De destacar a performance obtida no ramo de Incêndio e Outros Danos, com uma receita de 42 milhões de euros, e um crescimento de 6,3%, muito superior ao mercado segurador, que foi de apenas 0,5%, fortemente

impulsionado pelo produto de Multirriscos dirigido ao segmento de particulares, considerado produto estrela de Não-vida em 2011.

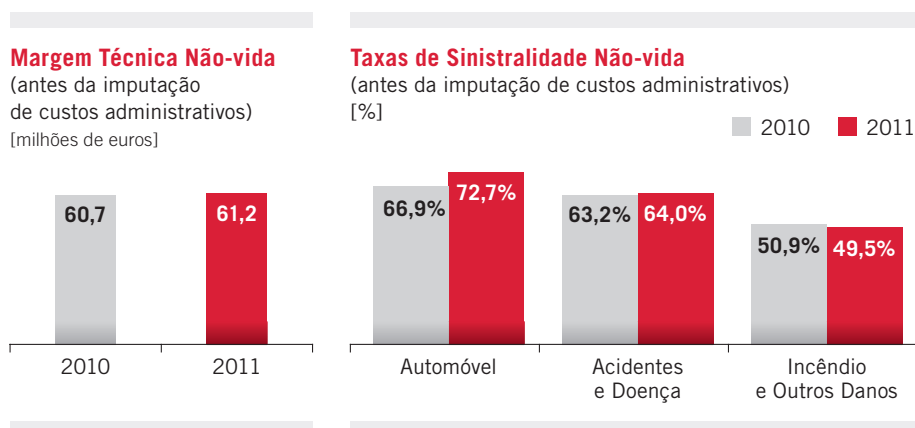
No ramo de Saúde, que representa 59% do total da carteira de Não-vida da Millenniumbcp Ageas, a receita de 135 milhões de euros, que representa um crescimento de 1,4% face ao ano anterior (o mercado cresceu 1,5% nesta linha de negócio), permitiu manter a quota de mercado em níveis idêntico ao mesmo período de 2010, em 24,9%, a que corresponde o segundo lugar no ranking das seguradoras a operar no mercado nacional. Este crescimento é fruto da inovação da oferta, da diversificação de canais de distribuição, da abordagem criteriosa dos diversos segmentos e de um investimento consistente na promoção da marca Médis, líder incontestada em notoriedade no seu segmento desde a sua constituição em 1996.

Ainda ao nível dos prémios emitidos, é de salientar o ramo de Acidentes Pessoais com um crescimento de produção de 2,9% face ao ano anterior (o mercado nacional registou um decréscimo de 10,9%), o que permitiu atingir 8,7% de quota de mercado, e assim conquistar a segunda posição no *ranking* deste ramo.

Apesar da modesta posição que ocupa no mercado segurador nacional de Não-vida, a Millenniumbcp Ageas tem vindo a reforçar, de forma consistente, a sua quota de mercado, que passou de 5,3% no fim de 2010 para 5,5% no final de dezembro de 2011.

Análise Técnica

A margem técnica dos ramos Não-vida, antes da imputação de custos administrativos, foi de 61,2 milhões de euros apresentando um ligeiro acréscimo de 1% face ao período homólogo de 2010.



Não obstante o aumento verificado no custo de resseguro, afetando nomeadamente os ramos de Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil, a diminuição dos rendimentos financeiros devido a fatores não recorrentes que implicaram a constituição de imparidades relativas à dívida soberana da Grécia, o aumento da receita processada, aliada a uma diminuição da taxa de sinistralidade em 0,5 pontos percentuais, permitiu alcançar uma confortável rentabilidade técnica (medida em função dos prémios brutos emitidos) de 25,8% no final de 2011.

As taxas de sinistralidade de Não-vida, antes da imputação de custos administrativos, situam-se na ordem dos 60,8%, apresentando descidas face aos valores registados em 2010 de 61,2% em todos os ramos com exceção do ramo Automóvel e Acidentes de Trabalho. Neste âmbito a Millenniumbcp Ageas continua a revelar valores sem paralelo no mercado português que apresenta taxas de sinistralidade significativamente mais elevadas em praticamente todos os ramos.

O rácio combinado de Não-vida, após imputação de custos administrativos, fixou-se em 88,3% o que representa uma diminuição de 3,1 pontos percentuais face ao ano de 2010, explicado pelo esforço efetuado na contenção dos custos de exploração e pelo rigor nas políticas de subscrição e aceitação de riscos que levaram a uma redução das taxas de sinistralidade.

Custos Administrativos

Os custos administrativos registam uma redução de 5,7%, fixando-se nos 91,4 milhões de euros.

Evolução dos Custos Administrativos (excluindo amortizações do exercício)

[milhares de euros]

	2011	2010	VAR. 11/10	ESTRUTURA 2011	ESTRUTURA 2010
Despesas com Pessoal	29.841	28.259	5,6%	32,6%	29,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	40.824	36.675	11,3%	44,7%	37,8%
Impostos e Taxas	1.540	1.037	48,5%	1,7%	1,1%
Outros	19.193	30.994	-38,1%	21,0%	32,0%
Total	91.398	96.965	-5,7%	100,0%	100,0%

A redução de 38% na rubrica Outros é em grande parte explicada por custos não recorrentes relacionados com programa de reestruturação do Pessoal que ocorreu em 2010.

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, o aumento de 11,3%, deve-se essencialmente, ao custo com investimento em IT e consultoria decorrentes da implementação de novos projetos, nomeadamente os relacionados com o programa de Solvência II.

Resultado Líquido

Em 2011, o resultado líquido consolidado do exercício, antes VOBAs (*value of business acquired*), foi de 36,5 milhões de euros, o que compara desfavoravelmente com o resultado líquido de 141,9 milhões de euros, obtido no exercício de 2010. O resultado líquido consolidado, após VOBAs, cifrou-se em 16,4 milhões de euros.

O resultado obtido foi fortemente penalizado por um conjunto de fatores não recorrentes relacionados com a evolução dos mercados financeiros, que obrigaram ao registo de imparidades e menos valias realizadas em ativos como a

divida soberana da Grécia e ações do BCP. Excluindo os fatores não recorrentes, o resultado líquido consolidado do exercício, antes de VOBAs, situar-se-ia em 115,2 milhões de euros e o resultado líquido consolidado, após VOBAs, em 95,1 milhões de euros.

Margem de Solvência

Em 31 de dezembro de 2011 a estrutura de capitais próprios do grupo Millenniumbcp Ageas apresenta, em termos consolidados, um rácio de solvência de 146,6%. Em 31 de dezembro de 2010, o rácio obtido foi de 183,3%, o que evidencia um decréscimo de 37 pontos percentuais face ao ano anterior devido, essencialmente, ao aumento de volatilidade da carteira de ativos financeiros que implicou um reforço substancial da reserva de reavaliação.

O rácio de solvabilidade apresentado foi calculado de acordo com os critérios definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal e reflete uma estrutura de capitais sólida e adequada às responsabilidades assumidas em todas as Companhias que integram o grupo Millenniumbcp Ageas.

Margem de Solvência [milhares de euros]

	MARGEM	CAPITAIS	EXCESSO	RÁCIO
Ocidental Seguros	18.345	43.707	25.362	238%
Ocidental Vida	274.000	340.267	66.266	124%
Médias	23.944	36.854	12.910	154%
Pensõesgere	4.540	18.593	14.054	410%
Millenniumbcp Ageas (Consolidado)	320.828	470.214	149.385	147%

EMBEDDED VALUE

O *embedded value* fornece uma estimativa do valor dos acionistas numa operação do ramo Vida, excluindo o valor que poderá vir a ser adicionado pela produção nova futura. O *embedded value* é igual à soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os resultados apresentados foram preparados pela Direção de Atuariado e revistos por atuários consultores da KPMG.

O valor da carteira em vigor é dado pelo valor atual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção duma margem de solvência igual a 200% da margem mínima exigida pela regulamentação em vigor. O custo da margem de solvência (custo de capital) reflete os custos de investimento e os impostos sobre os rendimentos dos capitais afetos à margem de solvência, mas não inclui o custo de oportunidade como nos modelos tradicionais, que origina maiores custos de capital.

Na determinação dos valores apresentados, foram não só aplicados os princípios estabelecidos ao nível do Grupo Ageas, mas também os *European Embedded Value Principles (EEV)*, ou seja, os cálculos contemplam o custo associado

às opções e garantias (CFOG) e aos riscos não financeiros (CNFR) existentes ao nível da carteira em vigor.

No quadro seguinte apresentam-se o *embedded value* e o valor adicionado pela produção nova do segmento Vida da Millenniumbcp Ageas.

(milhares de euros)	2011	2010
<i>Embedded value</i> (EV) em 1 de janeiro (avaliação anterior)	1.036.671	1.133.837
Reajustamento ao EV de abertura	5.857	9.747
Alteração de pressupostos não económicos	(32.062)	57.334
Alteração de pressupostos económicos	128.700	(109.863)
Performance da carteira em vigor	103.859	96.010
Valor adicionado pela produção nova	4.891	17.126
Impacto da variação no ano	(560.022)	(167.520)
EV em 31 de dezembro, antes da distribuição de dividendos	687.984	1.036.671
Dividendos distribuídos aos acionistas	—	—
EV em 31 de dezembro, após distribuição de dividendos	687.984	1.036.671

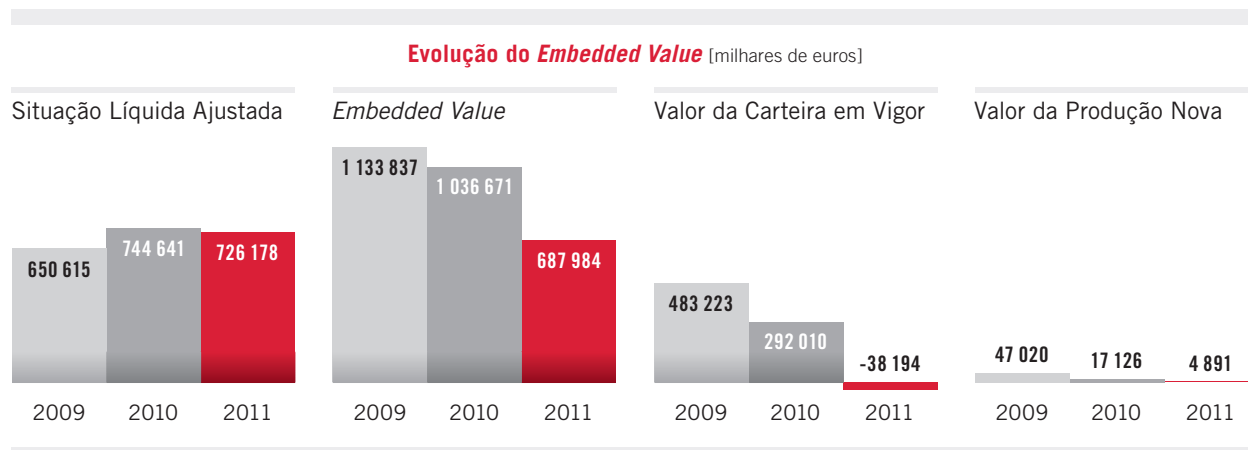
Os reajustamentos ao *embedded value* de abertura em 2011 refletem sobretudo o impacto resultante da transição do modelo de cálculo para a plataforma VIPiTech, incluindo ajustamentos ao nível do cálculo da participação nos resultados, conforme decidido pelo Grupo Ageas, não sendo este impacto materialmente relevante.

O forte impacto positivo observado ao nível da alteração dos pressupostos económicos deve-se acima de tudo às medidas tomadas nas diversas carteiras de investimentos, com vista à mitigação do risco de liquidez inerente à crescente taxa de resgate nos produtos de capitalização, o que contrariou parte do efeito esperado por via do alargamento dos *spreads*, durante ano corrente, da dívida pública e das obrigações em geral. Ao contrário do ano anterior, a diminuição das taxas de juro sem risco teve um impacto positivo, pois o efeito positivo do desconto nos produtos de vida risco é maior do que o efeito negativo observado nos produtos de capitalização e rendas vitalícias.

No que diz respeito aos pressupostos não-económicos, o impacto negativo resulta do aumento acentuado das taxas de anulação dos seguros temporários associados ao crédito à habitação e das taxas de resgate dos produtos de capitalização, em virtude da difícil situação económica que se vive em Portugal. Os impactos positivos provenientes da mortalidade real da carteira foram praticamente anulados pela alteração verificada ao nível dos custos unitários e da taxa de inflação.

Mais uma vez, a envolvente económica fortemente negativa ao nível do mercado obrigacionista, explica a enorme variação negativa observada em 2011, como aliás já tinha acontecido em 2010, ou seja, o enorme volume de menos-valias potenciais negativas geradas pela carteira obrigacionista existente nos fundos autónomos implica uma forte diminuição dos valor associado aos produtos com garantias (produtos de capitalização e rendas vitalícias) por via do aumento do custo dessas mesmas garantias fruto da diminuição esperada dos rendimentos gerados pela carteira de investimentos numa ótica *market consistent*.

A margem da produção nova manteve a tendência decrescente, tendo diminuído de 9,3 % para 4,8 % dos prémios anuais equivalentes (definidos como prémios das apólices regulares acrescidos de 10 % dos prémios únicos), fruto da redução de prémios em Vida Risco e *Unit-linked*, e da má performance, em termos de valor adicionado, dos produtos financeiros com garantias.



Principais Pressupostos Económicos

	2011	2010
YIELD CURVE	AA EURO SWAP + 0,43%*	AA EURO SWAP + 0,20%*
	1 ano	1 ano
	2,29%	1,70%
	5 anos	5 anos
	2,07%	2,78%
	10 anos	10 anos
	2,77%	3,60%
	20 anos	20 anos
	3,03%	3,97%
Volatilidade	Curto prazo	Curto prazo
	1,21%	0,94%
	Ações	Ações
	14,2%	17,8%
	Imobiliário	Imobiliário
	1,7%	1,6%
Taxa de inflação	2,33%**	1,95%**
Taxa de imposto	29,0%	29,0%

* Estes ajustamentos de 43bp e de 20bp à curva *swap* foram decididos e justificados pela Ageas,

** A taxa de inflação baseia-se numa curva *swap* específica, acrescida dum ajustamento tipo "spread"; é indicada a taxa de inflação para o 5.º ano,

Os pressupostos assumidos para a mortalidade, resgates, anulações e suspensões de prémios resultam dos estudos efetuados pela Millenniumbcp Ageas tendo por base os dados reais da sua carteira de apólices. As despesas de gestão atribuíveis à função vida, baseadas na experiência recente, foram divididas entre aquisição (produção nova) e manutenção (carteira em vigor). As despesas consideradas como extraordinárias e, portanto, excecionais, foram identificadas uma a uma, não tendo sido incluídas no cálculo dos custos unitários.

Assumiu-se que os métodos e bases utilizadas no cálculo das reservas matemáticas, da participação nos resultados e de outros benefícios previstos nas apólices permanecerão inalterados, assumiu-se ainda que a atual legislação e taxa de imposto permanecerão inalteradas.

REVISÃO ATUARIAL DE NÃO-VIDA

O nível de provisionamento de todos os ramos Não-vida é verificado através de avaliações atuariais periódicas. O valor das provisões para sinistros foi estimado com base no histórico de pagamentos e do número de sinistros, usando metodologias atuariais internacionalmente aceites.

Para além das avaliações atuariais desenvolvidas internamente é regularmente efetuada uma Certificação Atuarial por uma Entidade Independente.

Como se pode observar do quadro abaixo apresentado, as avaliações concluem pela suficiência global das provisões para sinistros.

Resultado das Avaliações Atuariais versus Provisões para Sinistros de Balanço [milhares de euros]	31-12-2011	31-12-2010
Total Provisões de Balanço	96.367	89.907
Provisões para Sinistros objeto de Certificação Interna ⁽¹⁾	85.483	80.233
Estimativa das provisões para sinistros "Best Estimate"	72.154	68.138
Estimativa das provisões para sinistros "Percentil 90%"	86.120	82.874

(1) As provisões para encargos futuros de gestão, provisões para indemnizações a pagar e as provisões para sinistros do ramo de Saúde PPP não estão no âmbito da certificação.

SOLVÊNCIA II

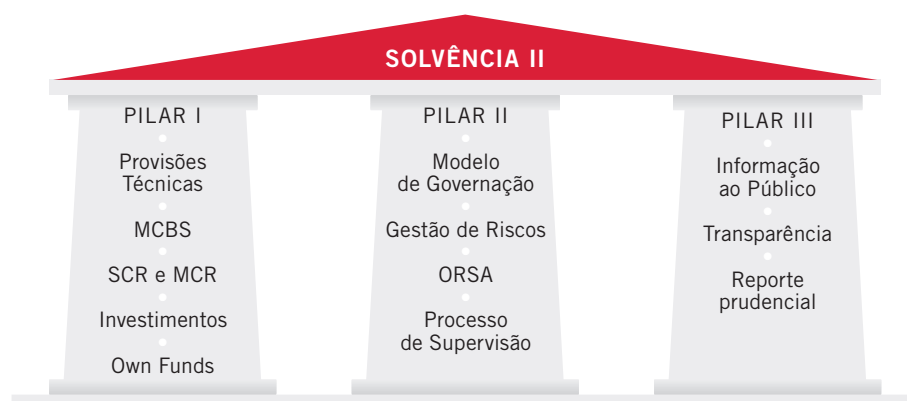
O projeto Solvência II representa uma reforma profunda da regulamentação prudencial das empresas de seguros e de resseguro a operar no Espaço Económico Europeu. Os principais objetivos do Projeto de Solvência II são os seguintes:

- › Proteger os tomadores de seguros e beneficiários;
- › Incutir uma cultura de gestão de riscos em todas as funções da empresa de seguros;
- › Assumir medidas de capital sensíveis aos riscos efetivamente aceites;
- › Convergir as práticas entre as autoridades de supervisão e seguradoras a nível europeu (*level playing field*);
- › Reforçar a transparência e a disciplina de mercado.

As bases do regime de Solvência II formam estabelecidas através da publicação da Diretiva 2009/138/CE emitida pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho a 25 de Novembro de 2009 representando uma mudança significativa no quadro regulamentar, quer para a indústria seguradora, quer para o mercado ressegurador.

As traves mestras do Projeto de Solvência II, estruturadas em três pilares, enfocam numa visão global e integrada dos riscos: requisitos quantitativos (Pilar I), de governação (Pilar II) e de divulgação de informação/disciplina de mercado (Pilar III).

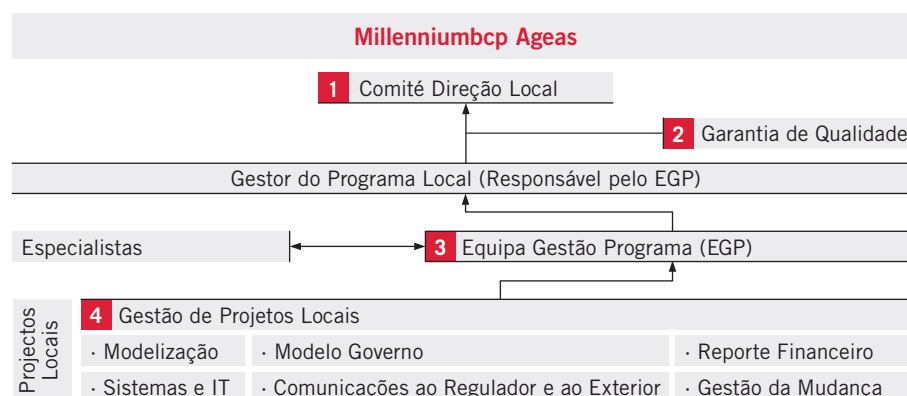
Os três pilares, de uma forma sucinta, são os seguintes:



A publicação da Diretiva Omnibus II (nível 2) em 2012 virá confirmar a implementação da Solvência II em 2014.

A Millenniumbcp Ageas tem vindo a desenvolver um programa de solvência II desde 2009, assente num plano detalhado com o objetivo de assegurar uma transição sólida, segura e atempada para o novo regime. O objetivo deste plano de trabalho, que foi alinhado com o grupo Ageas, é cumprir com os requisitos da diretiva e integrar a gestão de risco nos processos da empresa de forma proactiva.

O modelo de governo do projeto Solvência II pode ser resumido da seguinte forma:



Em 2011 foram desenvolvidas várias medidas e atividades nos seis blocos de trabalho acima identificados e alinhados com a estrutura dos três pilares:

- › Desenvolvimento interno de uma base de dados focada nos relatórios quantitativos (QRT), na qualidade dos dados e como base para o cálculo do SCR, sendo este projeto abrangente para o pilar I, II e III;
- › Elaboração do estudo de impacto quantitativo e de *stress tests*, solicitados pelo ISP com posterior análise e discussão de resultados com o próprio ISP, o Comité de Risco e o *Steering Committee* de Solvência II (Pilar I);
- › Contínuo melhoramento dos modelos de risco e de quantificação dos processos;
- › Identificação dos riscos e controlos relativos ao cálculo do SCR – Matriz de controlo de riscos (RCM) em linha com a estrutura RCM do Grupo Ageas;

- › Revisão e atualização do sistema de controlo interno, incluindo mapeamento de processos, riscos e respetivos controlos (Pilar II);
- › Definição, aprovação e implementação de vários regulamentos de risco, alinhados com o desenvolvimento do processo de ORSA (Pilar II);
- › Participação ativa nos grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguros (APS) em todos os assuntos relacionados com o projeto Solvência II;
- › Encontros regulares com o Supervisor (ISP).

O projeto de Solvência II é, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um desafio importante, que vai conduzir a mudanças significativas nos requisitos de solvência, de governo, de reporte, etc., aplicáveis às companhias de seguros e resseguros nos próximos anos. Neste sentido, e de acordo com o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas está plenamente empenhada na implementação do projeto Solvência II com vista a desenvolver iniciativas adequadas que assegurem uma transição suave para o novo regime.

Os grandes desafios para Millenniumbcp Ageas em 2012 estão relacionados com a gestão de dados – sistemas, rastreabilidade de dados, qualidade dos dados, bem como possuir um reporte eficiente e atempado (QRT) – o processo de *pre-IMAP* relacionado com o risco de mercado como a pedra angular para o uso dum modelo interno parcial para o cálculo do SCR.

Em simultâneo e, de igual importância, será o trabalho previsto em torno do processo ORSA, nomeadamente o desenvolvimento e a implementação de um conjunto de regulamentos de gestão de risco.

GESTÃO DE RISCO

A Millenniumbcp Ageas, através das companhias de seguros por si detidas, assume riscos o que é intrínseco ao processo de criação valor para seus Clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que é adicionado valor através da aceitação, manutenção e transformação de riscos que podem ser compreendidos e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco bem desenhado.

A abordagem da gestão de riscos na Millenniumbcp Ageas baseia-se:

- › Num processo, conduzido ao nível do Conselho de Administração, de cada direção e de todos os Colaboradores. É aplicado não só ao nível da definição estratégica, mas também na gestão diária da empresa.
- › Num conjunto de princípios básicos, garantindo que todos os riscos significativos são identificados, avaliados, controlados e geridos em conformidade com as orientações do Grupo Ageas.
- › Em definir uma estrutura robusta e formalizada, estabelecida através dum conjunto de regulamentos e normas de procedimentos de condução do negócio, assente em limites e normas mínimas para os riscos pré-identificados na taxonomia de risco. Descreve as funções e responsabilidades no sistema de gestão de risco, bem como os requisitos de reporte.

No governo corporativo está estabelecida uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas. Esta estrutura organizacional engloba vários comitês, com o objetivo de controlar os riscos, propondo ações de mitigação e reforçando a transparência e a coerência relacionadas com o processo de tomada de decisão.



A gestão de risco e controlo interno da companhia tem por base um modelo assente em “três linhas de defesa”:

- › Um primeiro nível, *tomada de decisão de risco*, representado pelas unidades operacionais, que são responsáveis por gerir e controlar os riscos existentes em cada uma das suas áreas;
- › Um segundo nível, *controlo de riscos*, que consiste na sistematização de regras, de regulamentos e na monitorização dos sistemas de *compliance*, controlo interno e gestão de risco;
- › Um terceiro nível, *análise independente*, realizada pela auditoria interna e externa, assegurando que os controlos são eficazes.

A estrutura de governo da Millenniumbcp Ageas poderá evoluir ao longo do tempo por forma a refletir decisões estratégicas, mudanças de ambiente regulamentar ou de âmbito comercial.

Embora o foco principal em 2011 tenha sido um maior desenvolvimento e implementação deste sistema de gestão de riscos, o principal desafio para 2012 será o desenvolvimento do novo conceito “ORSA”.

As informações recolhidas através do ORSA serão utilizadas de forma contínua pela gestão no processo de tomada de decisão, mantendo atualizados, e de forma abrangente, todos os riscos a que a Millenniumbcp Ageas está exposta, ou que poderá estar exposta no futuro, a forma como eles são geridos e as necessidades de requisitos de capital daí resultantes.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Ano de 2011 foi marcado pelo expressivo aumento dos resgates ao nível das carteiras de Vida com especial incidência nos produtos PPRs. Esta situação tem origem em duas razões específicas:

- 1) concorrência dos produtos bancários tradicionais (i.e. depósitos a prazo);

- 2) necessidade de monetizar poupanças por parte dos investidores para fazer face á queda do rendimento disponível.

Assim, a instabilidade económica mundial por um lado e as medidas de austeridade em Portugal por outro, condicionaram fortemente a atividade de gestão das carteiras em 2011.

A necessidade de manter de forma recorrente um elevado nível de liquidez e a tentativa de ajustamento aos novos níveis de volatilidade e risco implícitos nos mercados levaram a que a gestão das carteiras se alterasse significativamente.

Se por um lado existiu a necessidade de se proceder á redução da duração dos ativos por força do mesmo movimento ao nível das responsabilidades, o ambiente global de taxas de juro historicamente baixas colocava problemas ao reinvestimento, principalmente nas maturidades mais curtas.

De forma a conciliar as crescentes necessidades de liquidez com uma abordagem conservadora ao nível do risco foram acordados limites de exposição por país o que se traduziu numa abordagem de proteção de capital através de investimentos de curto prazo nos países periféricos e mais tarde, na redução global da duração da carteira de taxa fixa.

Ao longo de 2011 foram privilegiadas as emissões de papel Comercial Doméstico o que permitiu conferir maior liquidez ás carteiras capturando ainda assim uma taxa de juro bastante interessante.

Esta mesma situação foi também replicada ao nível da dívida pública através dos recorrentes investimentos em Bilhetes do Tesouro.

No terceiro trimestre deu-se início ao desinvestimento nas obrigações de Dívida Pública Grega tendo sido concluído já no último trimestre do ano, ficando assim as carteiras sem qualquer exposição a Dívida Pública Grega.

Um dos movimentos mais expressivos operados em 2011 envolvendo a globalidade das carteiras foi efetuado já no último trimestre do ano. Esta operação teve como objetivo a redução da alocação aos países periféricos ao mesmo tempo que reduziria também a sensibilidade da carteira à variação das taxas de juro.

O movimento resultou na redução da exposição a países como a Bélgica, Espanha e Itália ao mesmo tempo que permitiu também um reposicionamento na curva de taxa de juro com vista à redução do impacto de uma potencial subida das *yields* a médio prazo.

Ainda neste contexto e em relação à exposição ao risco soberano Português foram adotados mecanismos de redução da volatilidade associada a variação de valor desses ativos através de adoção de medidas de carácter contabilístico como seja a criação de carteiras HTM.

Relativamente aos ativos de risco tradicionais, ações, *Private Equity & hedge Funds* as carteiras mantiveram uma postura conservadora através de uma exposição muito reduzida e sem alterações relevantes.

CARTEIRA DE INVESTIMENTO [euros]	2011	%	2010	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.525.126.848	100,0%	5.837.316.800	100,0%
Dívida pública	2.032.663.081	44,9%	2.801.926.614	48,0%
Obrigações	2.158.366.801	47,7%	2.716.468.113	46,5%
Ações	16.483.373	0,4%	217.829	0,0%
Fundos de investimento:	—	0,0%	—	0,0%
· Obrigações	85.537.923	1,9%	89.730.195	1,5%
· Ações	7.551.085	0,2%	—	0,0%
· Imobiliário	198.426.022	4,4%	193.840.822	3,3%
· Alternativos	26.098.562	0,6%	35.133.227	0,6%
Ativos financeiros ao justo valor	4.635.086.256	100%	5.856.920.092	100%
Dívida pública	131.271.945	2,8%	44.235.455	0,8%
Obrigações	4.280.101.737	92,3%	5.598.745.194	95,6%
Ações	2.402.957	0,1%	—	0,0%
Fundos de investimento:	—	0,0%	—	0,0%
· Obrigações	99.258.912	2,1%	99.740.430	1,7%
· Ações	105.170.807	2,3%	102.701.740	1,8%
· Imobiliário	—	0,0%	—	0,0%
· Alternativos	16.879.898	0,4%	11.497.273	0,2%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	670.543.275	100,0%	0	100,0%
Dívida pública	504.487.799	75,2%	—	0,0%
Obrigações	166.055.476	24,8%	—	0,0%
Detidos para negociação	(113.996.761)	0,0%	(14.589.314)	0,0%
Derivados de negociação	98.527.808		198.985.675	
Repo	(212.524.569)		(213.574.989)	
Total	9.046.216.342		11.679.647.578	

OS COLABORADORES

A gestão dos Colaboradores da Millenniumbcp Ageas é uma responsabilidade direta das hierarquias, as quais são responsáveis por implementar no terreno as ações que permitam alcançar os objetivos definidos pela empresa, no aconselhamento e avaliação do desempenho, na formação e na gestão das suas carreiras. A Direção de Apoio Corporativo e o seu Núcleo de Recursos Humanos suportam a Comissão Executiva e apoiam as hierarquias na definição e implementação de ações e ferramentas que potenciem o desenvolvimento dos Colaboradores.

2011 foi um ano que ficou marcado pela implementação de um Plano de Reestruturação que permitirá rejuvenescer o quadro de pessoal e preparar a empresa para os desafios futuros. Este programa teve já um forte impacto em 2011, pois ao seu abrigo foram reformados 16 Colaboradores com idades superiores a 55 anos, efetuadas 3 rescisões por mutuo acordo, que foram substituídos por novos Colaboradores na sua maioria recém licenciados, com uma média de idades de 29 anos.

O desenvolvimento de planos de ação concretos decorrentes dos resultados do Inquérito Anual de Satisfação dos Colaboradores, que teve uma taxa de

participação de 93 %, revelaram ser uma ferramenta muito importante na melhoria dos níveis de satisfação e motivação, o que permitiu aumentar os índices de satisfação dos Colaboradores para valores superiores a 76%.

A Formação profissional, um dos *key drivers* da gestão dos Recursos Humanos, tem agora mais uma importante ferramenta ao seu dispor pois foi disponibilizada no início do ano uma plataforma de *e-learning*. A adesão dos Colaboradores à mesma tem sido muito positiva, nomeadamente para os Colaboradores recém-admitidos que tem nesta plataforma uma via para desenvolver e enriquecer as suas competências técnicas na área seguradora.

No campo da comunicação lançamos a *What's New*, uma *newsletter* semanal dirigida a todos os Colaboradores onde são divulgadas todas as notícias sobre o que se passa na empresa, apresentados os resultados e outras informações.

Ainda no final de 2011 foi assinado um novo Contracto Coletivo de Trabalho que regulará o Setor Segurador a partir de Janeiro de 2012.

A Millenniumbcp Ageas, concluiu o exercício de 2011 com 462 Colaboradores, mais 1 que no final do exercício anterior. A média de idades reduziu de 43 para 42 anos e os colaboradores do sexo feminino representam 55%.

ESCALÃO ETÁRIO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
< 30	18	15	33
31-35	36	14	50
36-40	72	31	103
41-45	72	48	120
46-50	31	59	90
51-55	14	32	46
56-60	7	7	14
> 60	3	3	6
Total	253	209	462

CORPORATE GOVERNANCE

A Millenniumbcp Ageas é um Grupo segurador detido pela Ageas e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade

de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respetivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adotada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Vitor Manuel Lopes Fernandes) e por seis Vogais (Dr. Kurt André J De Schepper, Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise, Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho e Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Atualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Jan Adriaan de Pooter, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO), Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho e Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é atualmente a seguinte:

Dr. Jan Adriaan de Pooter (CEO) – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS) e as seguintes Direções internas: Organização & IT; Suporte ao Cliente e Negócio; Auditoria Interna; Pensões; e Apoio Corporativo, que engloba os Assuntos Corporativos, os Recursos Humanos, a Jurídica, o *Compliance* a Assessoria Técnica e área de Estratégia & Performance.

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) – Direções de Planeamento e Controlo, Gestão de Riscos e Atuariado, Investimentos, Financeira, e Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho – Direções Comerciais (*Bancassurance*, Médicos e Empresas) e *Marketing*.

Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso – Médicos, *Back-office* dos ramos Não-vida, Plataformas técnicas dos ramos Não-vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respetivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Remunerações

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pela comissão de remunerações composta pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*.

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

Critérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria empresa, dos níveis de solvência e de *rating*, e da própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Poderão ser designados administradores que não aufram qualquer remuneração.

Os administradores que não exercem funções executivas não são remunerados.

Avaliação do desempenho do órgão de administração

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é uma consequência direta do grau de cumprimento do orçamento anual, sendo da responsabilidade exclusiva da assembleia geral ou de uma comissão de remunerações por ela nomeada.

O critério predeterminado para a avaliação de desempenho dos administradores executivos é o grau de cumprimento do orçamento anual.

Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

- a) uma remuneração fixa mensal, definida tendo por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de administradores oriundos de empresas acionistas, ser considerado o seu enquadramento global nessas empresas, nomeadamente o nível remuneratório; esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;
- b) uma remuneração variável anual, paga após a aprovação das conta anuais em assembleia geral; a fixação desta remuneração tem por referência as práticas dos acionistas que são *players* de referência nos mercados em que estão presentes; a remuneração variável anual do conjunto dos administradores

executivos não deve exceder 2% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e a sua atribuição é deliberada anualmente.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração

A remuneração variável, quando superior a 35% da remuneração fixa anual, será obrigatoriamente objeto de diferimento por um período de três anos subsequentes àquele a que respeita, sendo que o montante a liquidar no primeiro ano deverá ser superior ao dos seguintes. A remuneração variável não é paga em instrumentos financeiros, considerando que a sociedade tem o seu capital concentrado em dois Grupos Económicos sendo a dispersão do seu capital contrária à filosofia que presidiu à sua constituição, esta forma de pagamento de remuneração não se considera aplicável.

Outros benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não há lugar ao pagamento de prémios anuais e quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de prémios do órgão de administração

Para além da remuneração fixa mensal e da remuneração variável anual (cuja atribuição depende de deliberação anual), não está prevista qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de pagamento de prémios.

Pagamento de quaisquer indemnizações a ex- membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não está previsto o pagamento de quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não será paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.

Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os administradores executivos são apenas remunerados numa das empresas do Grupo e não recebem compensações adicionais às previstas nesta política de remuneração.

Regimes complementares de pensões ou de reforma

antecipada do órgão de administração

Pelo exercício das suas funções os membros do órgão de administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não aplicável.

Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa

a razão de ser da remuneração variável do órgão de administração

Não aplicável.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Consistência das políticas de remuneração ao nível do Grupo

As políticas de remuneração das diversas empresas do Grupo são consistentes entre si, sendo assegurada a sua implementação para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.1. Aprovação da política pela comissão de remunerações	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
III.1. Revisão com periodicidade mínima anual pela comissão de remunerações III.2. Independência dos membros da comissão de remunerações	Adotada	Avaliação do desempenho
IV.1. A remuneração dos administradores executivos deve integrar uma componente variável dependente de uma avaliação do desempenho	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação e Avaliação do desempenho
IV.2. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adotada	Importância relativa das componentes da remuneração
IV.3. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.4. Parte da remuneração variável deve ser diferida IV.5. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa	Adotada	Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração
IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos que mitiguem o risco inerente à variabilidade da remuneração	Adotada	Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável
IV.7. Manutenção das ações da instituição obtidas através de esquemas de remuneração variável IV.8. Prazo de diferimento no caso de atribuição de opções IV.9. Conservação de ações após o termo do mandato	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.10. Remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente dependente do desempenho ou valor da instituição	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação
IV.11. Indemnizações em caso de destituição	Adotada	Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração
VII.1. Deve ser assegurada a consistência das políticas de remuneração a nível de grupo VII.2. Adoção das recomendações para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo	Adotada	Consistência das políticas de remuneração do nível do Grupo

O montante anual de remuneração pago pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2011, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Joaquim Patrício da Silva	11.250,00 euros
José Rodrigues de Jesus	12.000,00 euros
António Fernando Nogueira Chaves	5.625,00 euros
Total Agregado	28.875,00 euros

Política de remuneração dos Colaboradores

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos Colaboradores tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A remuneração dos Colaboradores compreende a retribuição base correspondente ao nível previsto em convenção coletiva de trabalho e um complemento retributivo que varia em função do estatuto individual e da evolução da carreira profissional, ou seja, da categoria profissional, do nível retributivo, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

A diferenciação individual, adotada para todos os Colaboradores, atenta aos seguintes critérios: nível de classificação em convenção coletiva de trabalho, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

Importância relativa das componentes da remuneração

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A política de remuneração é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos Colaboradores para essa mesma *performance*.

A componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros

A remuneração variável não é objeto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros, atentas as características da sociedade e dos Grupos Económicos em que a mesma se insere.

Critérios predeterminados para a avaliação

Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho são o grau de cumprimento do orçamento anual, o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A remuneração variável do conjunto dos Colaboradores não deve exceder 3% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.2. Aprovação da política pelo órgão de administração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
II.5. Comunicação do processo de avaliação aos Colaboradores	Adotada	
V.1. Adequado equilíbrio das componentes a remuneração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Importância relativa das componentes da remuneração
V2. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros V.5. Possibilidade de não pagamento ou redução da remuneração variável diferida V.6. Prazo de diferimento da remuneração variável V.7. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa	Não adotada	Não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas; o processo de decisão e estrutura da remuneração; a importância relativa das componentes da remuneração; e a informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros
V.3. Avaliação deve atender ao desempenho individual e da estrutura onde o Colaborador se integra e a critérios não financeiros relevantes V.4. Critérios de avaliação devem ser predeterminados e mensuráveis, tendo por referência um quadro plurianual	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação
V.8. Remuneração dos colaboradores que exercem funções-chave V.9. Remuneração da função atuarial	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respetivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de ativos (ALM). É ainda responsável pela seleção dos ativos que são objeto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, otimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

Regras de Conduta

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de Fundos de Pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Atividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Vice-Presidente	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral
Secretário	João José Carvalho Pereira Pascoal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Bart Karel August De Smet
Vice-Presidente	Vitor Manuel Lopes Fernandes
Vogal	Kurt André J De Schepper
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Vogal	Jan Adriaan de Pooter
Vogal	Michel Edmond Joseph Ghislain Baise
Vogal	Fernando Manuel Nobre de Carvalho
Vogal	Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso

CONSELHO FISCAL

Presidente	Joaquim Patrício da Silva
Vogal	José Rodrigues de Jesus
Vogal	António Fernando Nogueira Chaves
Suplente	Belmira Abreu Cabral

ROC

Efetivo	KPMG & Associados (SROC) Representado por: Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

CONSELHO DE AUDITORIA

Presidente	Vitor Manuel Lopes Fernandes
Vogal	Kurt André J De Schepper
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt

PERSPETIVAS PARA 2012

O exercício de 2011 foi extremamente exigente. Os efeitos da crise económica e financeira penalizaram todos os sectores da economia, com especial incidência no setor financeiro. A crise de liquidez conduziu a uma alteração significativa no modelo de negócio e na estratégia comercial do setor bancário. A principal prioridade dos bancos passou a ser a redução do desequilíbrio entre recursos e crédito, o que significa mais captação de fundos e menos crédito a empresas e particulares. Este facto teve um reflexo imediato no setor segurador, nomeadamente no ramo Vida, uma vez que mais de 90% do negócio deste ramo tem origem no canal bancário, mas também nos ramos Não-vida, devido à quebra da produção dos seguros associados ao crédito bancário.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, negociado entre Portugal e a Troika (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) funcionou como uma fator acelerador de todo o processo de mudança, tornando absolutamente claro que os modelos de negócio também tinham que se ajustar rapidamente à nova realidade. No caso concreto do setor segurador, significa o regresso à essência do negócio segurador, que consiste em vender produtos de risco, tanto nos ramos Vida como Não-vida. Mas não basta crescer, é necessário que esse **crescimento seja sustentável e rentável**.

A Millenniumbcp Ageas desenvolveu, logo no início de 2011, uma avaliação estratégica com o objetivo de identificar um conjunto de medidas de curto e médio prazo para preparar a empresa para os novos desafios e lançou, já no último trimestre do ano, no âmbito de uma iniciativa denominada *Vision 2015*, nove Projetos estratégicos que visam preparar o futuro da Millenniumbcp Ageas em três áreas de atuação distintas:

- › **Proteção do negócio**, através da inovação e melhorando a eficiência comercial, operativa e financeira;
- › **Desenvolvimento do negócio**, com especial enfoque nos produtos de risco (Vida e Não-vida), mas sem descurar o negócio de Vida;
- › **Exploração de novas oportunidades de negócio**, estendendo a nossa atividade para além do que já fazemos, alavancando na experiência adquirida com as parcerias da Médis ou com o canal de Agentes.

O ano 2012 será assim extremamente desafiante do ponto de vista comercial, mas os processos de racionalização de recursos vão continuar também no topo das prioridades, como forma a adequar a estrutura organizacional ao novo modelo de negócio.

Não será apenas na vertente do negócio que o exercício de 2012 será exigente. Tal como já aconteceu em 2011, a solidez financeira, expressa através dos níveis de solvabilidade, será um tema a monitorizar quase diariamente, para a qual muito dependerá a evolução da crise de dívida soberana europeia.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido referente a todas as sociedades que integram as contas consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., apurado no exercício de 2011 foi de 16.412.469,51 euros (dezasseis milhões, quatrocentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e um centavos).

Os resultados atribuíveis à Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são de 9.404.847,89 euros (nove milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete euros e oitenta e nove centavos).

Considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, dos resultados apurados no exercício de 2011, no montante de 9.404.847,89 euros (nove milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete euros e oitenta e nove centavos), propõe-se a seguinte aplicação:

- › 470.242,40 euros (quatrocentos e setenta mil, duzentos e quarenta e dois euros e quarenta centavos), para reserva legal;
- › 8.934.605.49 euros (oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinco euros e quarenta e nove centavos), para resultados transitados.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração



03

**Publicações
Obrigatórias**

**Posição Acionista
e Obrigacionista
dos membros dos
Órgãos Sociais**

Glossário



PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS



Percentagem de Participação Social

Ageas Insurance International, N.V. · 51%

BCP Investment B.V. · 49%

POSIÇÃO ACIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ACIONISTAS/ /OBRIGACIONISTAS	TÍTULO	Nº. DE TÍTULOS À DATA DE		TRANSAÇÕES EM 2011			PREÇO UNITÁRIO EUROS
		11/12/31	10/12/31	Aquisições	Alienações	Data	
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Ações BCP	23.412	20.000				
	Ações BCP – Subsc [Incorp. Reservas]			879		11-Mai-11	
	Ações BCP – Subsc [Reserva Pref.]			2.325		3-Jun-11	0,36
	Ações BCP – Subsc [Reserva Pref.]			208		14-Jun-11	0,36
	BCP Inv.t.º Telecom Março 2013	20	20				
Fernando Manuel Nobre de Carvalho	Ações BCP	312.401	266.855				
	Ações BCP – Subsc [Incorp. Reservas]			11.736		11-Mai-11	0,00
	Ações BCP – Subsc [Reserva Pref.]			31.023		3-Jun-11	0,36
	Ações BCP – Subsc [Reserva Pref.]			2.785		14-Jun-11	0,36
	BCP REV CONV SOC GEN XI/10 (03/2011) – Levant.º p/ Reembolso	0	2		2	22-Mar-11	10.000,00
	BCP Finance CO 5,543 PCT Eur – Venda	0	340		340	13-Out-11	60.000,00
José Rodrigues Jesus	Ações BCP	16.953	16.233				
	Ações BCP – Subsc [Incorp. Reservas]			714		11-Mai-11	0,00
	Ações BCP – venda em Bolsa [Dtos R Pref]					3-Jun-11	0,012
António Fernando Nogueira Chaves	Ações BCP	32.108	32.108				
Belmira Abreu Cabral	Ações BCP	12.030	10.369				
	Ações BCP – Incorporação de Reservas			456		11-Mai-11	
	Ações BCP			1.205		3-Jun-11	433,80
CÔNJUGE/DESCENDENTES MENORES							
Maria Teresa H. M. C. Nobre de Carvalho	BCP OB CX Subordinados 1.ºS [2008/2018]	120	120				
	BCP OB CX Millennium bcp Sub 2008 2SR	100	100				
	Millenniumbcp Valor Capital 2009		250		250	16-Mai-11	0,625
	Ações BCP	144.543					
	Ações BCP – Subsc [Aum Cp Abr 2011]			400.000		13-Mai-11	0,00
	Ações BCP – Subsc [Reserva Pref.]			44.543		3-Jun-11	0,36
	Ações BCP – Venda em Bolsa				100.000	20-Jun-11	0,411
	Ações BCP – Venda em Bolsa				100.000	20-Jun-11	0,411
	Ações BCP – Venda em Bolsa				100.000	20-Jun-11	0,412
Armanda Amélia Rodrigues Jesus	Ações BCP	1.873	1.735				
	Ações BCP – Subsc [Incorp. Reservas]			78		11-Mai-11	
	Ações BCP – venda em Bolsa [Dtos R Pref]					3-Jun-11	0,012
António Fernando Nogueira Chaves	Ações BCP	1.819	1.819				

GLOSSÁRIO

A

Ativos sob Gestão: conjunto de ativos (ex. ações, obrigações e imóveis) geridos por um prestador de serviços.

B

Bancassurance: venda de contratos de seguro utilizando canais de distribuição de entidades bancárias.

Basis point (bp): uma centésima de 1%.

C

Capital Económico: montante de capital de que a empresa necessita para fazer face aos riscos económicos que enfrenta.

Contrato de Investimento: contrato de seguro, do ramo Vida, relativamente ao qual existe transferência de um risco financeiro sem existir transferência significativa de risco de seguro.

Contrato de Seguro: contrato relativamente ao qual uma parte (a empresa de seguros) aceita um risco significativo da outra parte contratante, acordando compensa-la por uma adversidade futura e aleatória.

Cross-selling: a estratégia que consiste em utilizar a base de dados de Clientes de um determinado produto como Clientes potenciais de outros produtos.

Custo Amortizado: quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro são mensurados no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efetivo, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou à falta de cobertura.

Custo de Aquisição: custo decorrente de seguros novos ou renovações, nomeadamente, comissões, custos atuariais, publicidade e despesas de emissão de apólices.

Custo Resseguro: custo que reflete a operação pela qual o segurador, com o objetivo de diminuir a sua responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, cede a outro segurador uma parte da responsabilidade e do prémio recebido.

D

Derivado: instrumento financeiro tal como um *swap*, um *forward*, um futuro e uma opção. O valor deste instrumento financeiro altera-se em resposta à alteração em várias variáveis. Requer um investimento líquido inicial baixo ou nulo e é liquidado numa data futura.

Derivado Embutido: componente de um instrumento híbrido que também inclui um outro contrato – contrato base. O contrato base pode ser uma dívida ou um instrumento de capital, um aluguer, um contrato de seguro, uma venda ou um contrato de compra.

E

Embedded Value (EV): valor económico estimado de determinada Seguradora deduzido do valor económico da eventual produção nova futura, traduzindo-se na soma dos capitais próprios com o valor da carteira em vigor.

Employee Benefits: todas as formas de retribuição concedidas por uma entidade aos seus Colaboradores em troca dos serviços por eles prestados, incluindo o salário auferido.

Empréstimo Subordinado: empréstimo de menor prioridade, face a outros empréstimos, relativamente aos ativos ou ganhos em caso de sinistro.

F

Fundos de Pensões Abertos: encontram-se condicionados apenas pela aceitação da entidade gestora e podem ser constituídos por qualquer entidade legalmente autorizada a gerir Fundos de Pensões.

Fundos de Pensões Fechados: dizem respeito a um associado, ou a vários, desde que ligados por um vínculo que pode ser ou não de natureza empresarial ficando, no entanto, obrigatoriamente determinado na sua constituição que a adesão de novos associados carece da aceitação dos associados originários. Podem ser constituídos por uma empresa ou grupo de empresas.

G**Gestão de Ativos e Passivos**

(*ALM – Asset Liability Management*):

é o processo continuado de formular, implementar, monitorizar e rever na tentativa de cumprir os objetivos financeiros traçados face a uma determinada tolerância de risco.

Goodwill: representa a parte do valor de mercado de um negócio que não é diretamente atribuível aos ativos disponíveis, passivos incorridos ou assumidos e aos elementos da situação líquida; normalmente, apenas é contabilizado no caso de uma aquisição.

I

IFRS: normas internacionais de contabilidade, adotadas por todos os países da União Europeia, a partir de 1 Janeiro 2005, com o objetivo de garantir transparência e comparabilidade ao nível dos princípios contabilísticos adotados.

Imparidade: uma desvalorização, em que o valor contabilizado do ativo excede o valor recuperável. Neste caso, o valor contabilizado será reduzido até ao valor recuperável com o consequente impacto nos resultados.

Indemnização: representa o valor da reparação do dano através do pagamento do valor necessário para a reposição da situação existente no momento imediatamente anterior ao sinistro ou, quando tal não seja possível, através de uma compensação monetária equivalente. É a importância paga pela Seguradora, ao segurado ou a terceiros, em virtude da ocorrência do sinistro a coberto da apólice.

J

Justo Valor: montante pelo qual um ativo (passivo) pode ser comprado (contratado) ou vendido (liquidado).

M

Margem Técnica: o resultado obtido após a dedução dos custos relacionados com o desenvolvimento da atividade, tais como os sinistros, as comissões e as provisões técnicas, à receita de prémios adquiridos líquidos de resseguro e dos rendimentos financeiros associados aos investimentos afetos às provisões técnicas.

P

Participação de Resultados: Direito contratual em receber, como suplemento a benefícios garantidos, benefícios adicionais.

Prémios Adquiridos: valor contabilístico dos prémios brutos emitidos num determinado exercício económico.

Prémios Brutos Emitidos: prémios de seguro direto e prémios de resseguro aceite, independentemente do exercício económico em que devam ser considerados.

Prémios de Seguro Direto: prémios relativos aos contratos de seguro, não incluindo prémios de resseguro.

Provisões Técnicas: constituem uma das principais garantias financeiras exigíveis às empresas que atuam no âmbito da atividade seguradora. As provisões técnicas que as seguradoras devem constituir e manter são: Provisão para Prémios não Adquiridos; Provisão para Riscos em Curso; Provisão Matemática para os seguros do ramo Vida; Provisão para Envelhecimento; Provisão para Sinistros; Provisão para participação nos resultados e Provisão para desvios de sinistralidade.

Q

Quota de Mercado: rácio calculado para o mercado doméstico, em função dos prémios de seguro direto de uma Companhia e os prémios de seguro direto do mercado total, considerando os últimos doze meses de atividade.

R

Rácio Combinado: representa a soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas do negócio Não-vida.

Rácio de Solvência: conjunto de recursos detidos pela empresa (património líquido), para além dos legalmente exigíveis, para cobertura das responsabilidades assumidas para com os segurados.

Rácio de Despesas: quociente resultante da divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede e outras) pelos prémios adquiridos.

Rácio/Taxa de Sinistralidade: rácio resultante da divisão dos custos com sinistros pelos prémios adquiridos.

Rentabilidade Média dos Capitais

Próprios (ROE): indicador financeiro que permite avaliar a rentabilidade financeira para os Acionistas. Rácio entre o Resultado Líquido e a média do Capital Próprio na mesma anuidade.

Rentabilidade Média dos Investimentos

Financeiros (Book Value): rentabilidade média dos investimentos financeiros de acordo com os princípios contabilísticos em vigor.

S

Shadow Accounting: de acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

T

Taxa de Loading: reflete o número médio de apólices detidas por um Cliente e, consequentemente, o seu nível de fidelização à Companhia.

Taxa de Penetração: rácio calculado em função do número de Clientes ou de Recursos Financeiros captados pela Seguradora no canal bancário e o número total de Clientes ou de Recursos Financeiros geridos pelo Banco.

V

Valor da Carteira em Vigor: é dado pelo valor atual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção duma determinada margem de solvência, geralmente expressa em percentagem da mínima exigida pela regulamentação atual.

VOBA (Value of Business Acquired): corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

MILLENNIUMBCP AGEAS

Tagus Park – Edifício 10 · 2744–005 Porto Salvo · Portugal

T: 21 004 24 90 · F: 21 006 68 65